ISSN 2184-6456

APU Associação Portuguesa de Urbanistas

CADERNOS DE URBANISMO

// Editorial
Luís Cerqueira [Presidente da Associação Portuguesa de Urbanistas]

// A propósito da formação em Planeamento do Território / Urbanismo
Paulo Pinho [Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto]

// Urbanistas no século XXI
Teresa Calix [Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto]

// Desafios para o ensino do urbanismo
Diogo Mateus [Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias]

// Conversas com o Território
Luís Sanchez Carvalho [Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa]

// A formação em Urbanismo em tempos de mudança?
Artur da Rosa Pires [Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro]

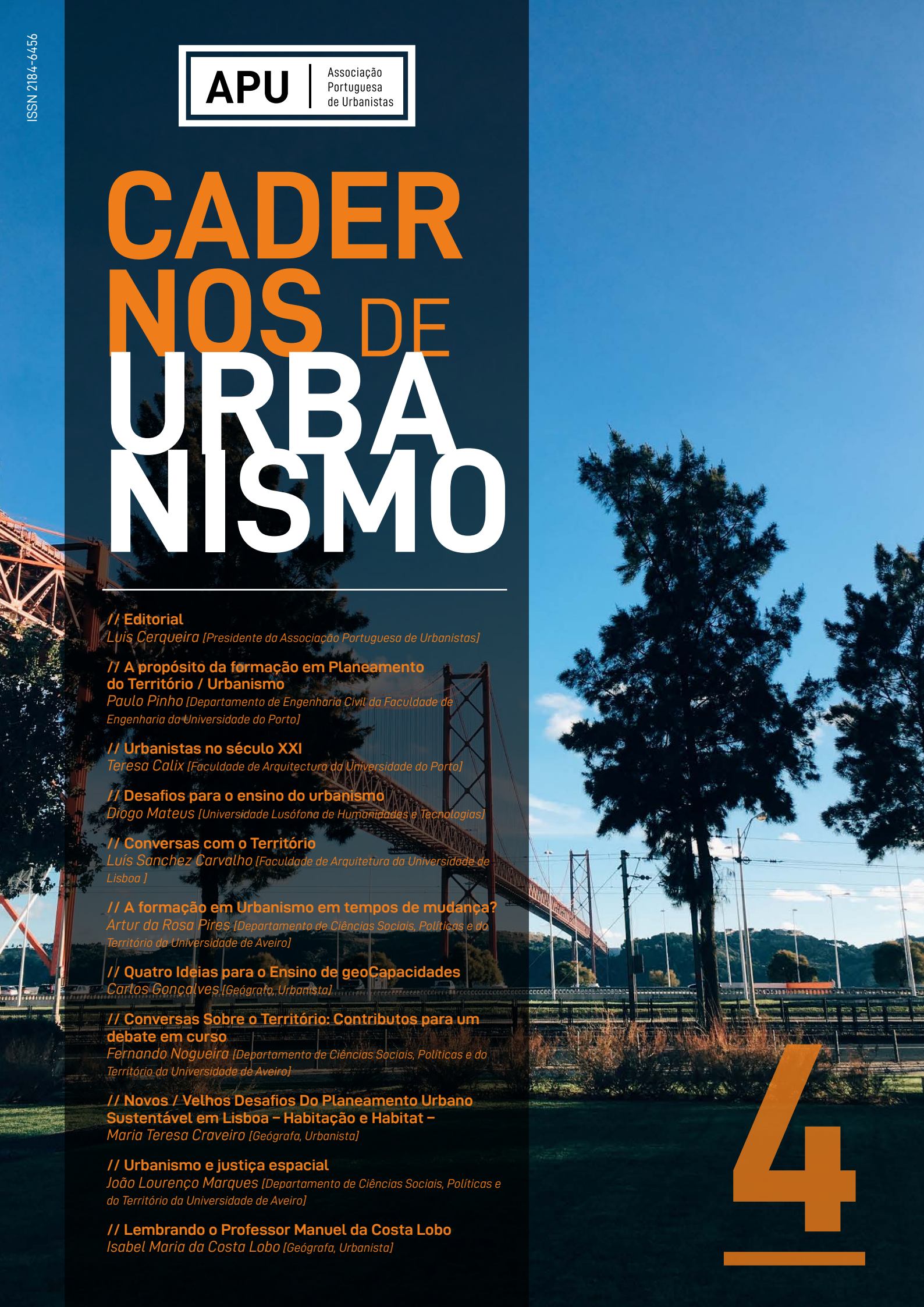
// Quatro Ideias para o Ensino de geoCapacidades
Carlos Gonçalves [Geógrafo, Urbanista]

// Conversas Sobre o Território: Contributos para um debate em curso
Fernando Nogueira [Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro]

// Novos / Velhos Desafios Do Planeamento Urbano Sustentável em Lisboa – Habitação e Habitat –
Maria Teresa Craveiro [Geógrafa, Urbanista]

// Urbanismo e justiça espacial
João Lourenço Marques [Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro]

// Lembrando o Professor Manuel da Costa Lobo
Isabel Maria da Costa Lobo [Geógrafa, Urbanista]



4



EDITORIAL

Luis Pedro Cerqueira

[Presidente da Associação Portuguesa de Urbanistas]

A Associação Portuguesa de Urbanistas (APU) materializou neste ciclo de instalação o objetivo de aproximar profissionais cujas atividades dão coerência à atividade humana, convicta de que um Urbanismo exemplar catalisa a participação cívica, política e potencia a Democracia.

Como temos vindo a sublinhar, os Urbanistas estão comprometidos com a recomendação das melhores práticas para o planeamento do território, na perspetiva de que o espaço público, como afirma Solà-Morales (2002), representa a cidade, tanto física como simbolicamente. É um espaço mediador ou democrático entre o território, a sociedade e a política.

Defendemos que o Urbanismo e o Ordenamento do Território são a síntese multidisciplinar integradora de políticas, planos e profissionais para contrariar o desordenamento rústico e urbano, a degradação paisagística e ambiental, o desperdício de recursos e desequilíbrios sociais.

Os urbanistas portugueses ambicionam fazer do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico a ferramenta integradora de suporte à aplicação das políticas que são o mote da Presidência Portuguesa da U.E. e contribuir para "uma recuperação justa, verde, digital e global."

É nesta linha que ambicionamos ser parte ativa na preparação de um futuro também enquadrado na Nova Agenda Urbana/Habitat III, com vista a responder aos imperativos de combate a catástrofes climáticas ou a sobressaltos como a pandemia que está hoje a asfixiar-nos.

Negligenciar o planeamento trouxe-nos um Território desordenado que é palco de incêndios devastadores, multiplicação de esporões e acidentes no litoral, tempos e custos exagerados nas deslocações diárias ou ocasionais, e no acesso ao ensino, trabalho e aquisição de bens e serviços, bem como áreas infraestruturadas e não utilizadas.

A APU lançou-se na missão cívica de intervir na sociedade como parceiro social empenhado em estimular o papel do Urbanista como agente para a definição de um território qualificado e sustentável.

Os Cadernos de Urbanismo que implementámos foram pensados para constituir um veículo de difusão de programas, documentação técnica, administrativa, jurídica e social sobre a Cidade e o Território.

Outro dos objetivos visados com esta ação foi a divulgação de trabalhos de planeamento, desenho urbano ou outros estudos no quadro das boas práticas urbanísticas.

Com o I Congresso da APU, em novembro de 2019, destacámos o Urbanismo como ciência fundamental na promoção de uma interação qualificada entre Sociedade e Território e sublinhámos o papel do Urbanista neste processo.

A realidade que estamos a viver, confinados, expôs e acentuou globalmente assimetrias sociais que se evidenciaram também no Território e sublinham que em Portugal é urgente voltar a incluir na "agenda política" há quase uma década negligenciadas na estrutura governamental.

A defesa do Território como suporte físico da atividade humana é de interesse público e tem que ser considerada prioritária na "agenda política" para a programação dos recursos de forma integrada e assim satisfazer as necessidades humanas com maior resiliência e sustentabilidade.

O urbanismo é ainda promotor da inclusão e um veículo para acabar com formas de discriminação e de violência, incluindo as de género, o que incentiva a igualdade de oportunidades.

É urgente a interpelação "d@s" Urbanistas sobre as soluções a adotar hoje na "agenda urbana". Assim os decisores políticos o compreendam.



Paulo Pinho

[Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto]

A PROPÓSITO DA FORMAÇÃO EM PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO/URBANISMO

A questão do objeto e a identificação da profissão

Qualquer reflexão sobre a formação em Planeamento do Território / Urbanismo tem de passar necessariamente por uma avaliação prévia e a montante das condições em que se exerce a profissão, chamemos aqui, indistintamente, de Planeador ou Urbanista (e eu sei que há quem distinga estas duas designações, mas vou deixar esse assunto para outra ocasião, que me parece menos relevante no contexto deste artigo).

Como é sabido, em Portugal, e pese embora os esforços de convergência e fortalecimento da ação pública encetados pela Associação Portuguesa de Urbanistas, e pelas associações que a antecederam, ainda não possuímos a este respeito uma área profissional devidamente marcada e demarcada das concorrentes, em particular da arquitetura e da engenharia civil, com visibilidade e aceitação pública generalizada.

No espaço europeu, tal não constitui uma singularidade. Muitos outros países enfrentam igual problema de afirmação profissional. Na verdade, talvez em apenas uma escassa minoria de países europeus, com destaque para o Reino Unido, encontramos uma profissão de urbanista e/ou planeador, devidamente estruturada, reconhecida no setor público e no setor privado, e protegida e valorizada por uma ordem profissional.

No atual contexto nacional de manifesto défice de afirmação profissional, qualquer tentativa de afunilar o acesso a esta profissão seria contraproducente, contribuindo ainda mais para o agravamento das debilidades detetadas. Dito isto, importa encontrar formas de especialização das formações concorrentes, designadamente da engenharia civil, arquitetura, arquitetura paisagista, geografia, economia, sociologia, administração pública ou direito, com programas pós-graduados na área do Planeamento Territorial, admitindo desde logo o aparente paradoxo de tais especializações apresentarem conteúdos generalistas se nos colocarmos do lado de um percurso formativo (do 1º ao 3º ciclo) inteiramente centrado no Planeamento / Urbanismo. Voltarei a esta questão mais à frente.

Importa no entanto reconhecer que ao contrário de outros países europeus, em que se vem a assistir a uma, aparente, regressão no reconhecimento social do Planeador / Urbanista, em Portugal tal não vem acontecendo. Pelo contrário, nas últimas três décadas, nota-se uma evolução positiva, embora lenta, desta profissão. Veja-se a este respeito o número crescente de municípios a reconhecer nos seus quadros técnicos estes profissionais, em especial nos respetivos departamentos de planeamento e gestão urbanística, como seria aliás de esperar, mas também em áreas ligadas aos transportes, aos espaços públicos e ao ambiente e espaços verdes.

A questão da disciplina: autónoma ou pluri e inter disciplinar

Tenho como adquirido que a definição de uma área disciplinar autónoma pressupõe a capacidade de identificar, com clareza, um objeto próprio de estudo e reflexão, uma base teórica suficientemente consistente e abrangente, um conjunto de metodologias de investigação, isto é, de produção de conhecimento, também perfeitamente identificáveis e, ainda, uma história própria, em que conceitos, ideias e teorias vão sucessivamente contracenando em diálogo, contraponto e consequente seleção cumulativa, contribuindo para a formação e expansão do conhecimento científico. Olhando estas várias características, há muito que o Planeamento / Urbanismo cumpre todos estes requisitos e, portanto, se pode e deve considerar uma área de conhecimento autónoma.

Porém, isto não quer dizer que o planeamento e a gestão das nossas vilas, cidades ou áreas metropolitanas, não deixe de ser um exercício inter e pluridisciplinar, aberto aos contributos de outras áreas disciplinares com as quais o Planeamento / Urbanismo teránecessariamente de se saber articular, usufruindo de tais contributos mais diversificados, mas não prescindindo do seu papel central de direção e coordenação geral.

De outro modo, seria como considerar que a saúde é uma área destinada exclusivamente aos profissionais com formação em medicina, esquecendo os contributos de todo um conjunto alargado de formações, da enfermagem à farmácia, à psicologia, à assistência social, à biotecnologia e a muitas outras, sendo certo que, neste vasto leque de formações e áreas profissionais de intervenção, o papel da medicina e do médico em particular é, e continuará a ser, central.

Os modelos de formação: alternativas e complementaridades

Com maior ou menor relutância por parte das instituições universitárias e das ordens profissionais, o modelo de Bolonha dos 3 ciclos de estudos (a saber, bacharelato, mestrado e doutoramento) tem-se vindo a impor de forma generalizada no espaço europeu. Portugal não é exceção. Assim, quando falamos em formação em Planeamento / Urbanismo temos, em primeiro lugar, de considerar o nível inicial do bacharelato que, entre nós, designamos (erradamente) de licenciatura.

Para quem acredita na autonomia da área científica e profissional do Planeamento / Urbanismo (a nova ciência urbana, como agora se diz, certamente em contraponto com a chamada ciência regional), este nível de entrada na formação é fundamental. Porém, é exatamente a este nível que se têm sentido as maiores dificuldades de afirmação da formação em Planeamento do Território / Urbanismo, não se registando, atualmente em Portugal, qualquer oferta formativa de 1º ciclo com reconhecida implantação. E convém recordar que durante largos anos tivemos a funcionar entre nós, e de forma regular, vários cursos de licenciatura de 5 anos (pré-Bolonha) que incluíam portanto os primeiros anos de formação universitária (o atual 1º ciclo), como a Licenciatura em Planeamento Regional e Urbano da Universidade de Aveiro, a Licenciatura em Engenharia do Território do Instituto Superior Técnico, ou a Licenciatura em Urbanismo da Universidade Lusófona.

Convém referir que, aparentemente, este problema de afirmação do 1º ciclo de estudos em Planeamento / Urbanismo não se verifica apenas em Portugal. No universo das escolas de planeamento que integram a AESOP, estas dificuldades de afirmação dos primeiros ciclos em Planeamento são também largamente sentidas, tendo até havido um ligeiro retrocesso no número de primeiros ciclos oferecidos. Com efeito, atualmente, este número representa uma pequena percentagem do total de cursos (incluindo portanto os segundos e terceiros ciclos) oferecidos nas escolas de planeamento que integram a AESOP. Note-se que esta Associação, desde a sua constituição, há já mais de 30 anos, tem vindo a pugnar pela autonomia científica e profissional do planeamento no quadro europeu, objetivo este que passa, necessariamente, por um modelo de formação completo do 1º ao 3º ciclo.

Neste contexto, os esforços de formação em Planeamento têm vindo a concentrar-se no 2º ciclo – mestrado, registando-se aqui a oferta do maior número de cursos, tanto em Portugal como na Europa. Tipicamente estes cursos de mestrado estão abertos a estudantes com várias formações disciplinares de base (1º ciclo), e mesmo formações avançadas (2º ciclo), procurando a sua especialização em planeamento do território.

Na maioria dos casos estamos a falar de cursos que se estendem por dois anos, em que o primeiro é constituído por diversas cadeiras de pendor teórico, abrangendo um leque alargado de matérias, intercaladas por espaços formativos de seminário e projeto, ficando reservado para o segundo ano a preparação da dissertação e, portanto, a iniciação à atividade de investigação na área do Planeamento / Urbanismo.

Ao nível do 3º ciclo a oferta específica de um doutoramento em planeamento é muito mais reduzida, havendo ainda assim exemplos, nomeadamente do Programa Doutoral em Planeamento do Território oferecido na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Ao nível europeu a situação é tendencialmente idêntica à verificada em Portugal, com a existência de alguns cursos de doutoramento em planeamento mas num número muito menor do registado para os cursos de 2º ciclo.

Com base nesta panorâmica formativa, fácil será compreender que a esmagadora maioria dos profissionais de planeamento, a exercer efetivamente a sua atividade, nos setores público ou privado, ou não possuem qualquer formação específica em planeamento, e a experiência profissional acaba por constituir a sua única escola, com as virtudes e os defeitos que tal opção comporta, ou possuem formações base diversas às quais foi acrescentada a frequência e aprovação num curso de mestrado em planeamento. Os doutorados em planeamento são ainda num número relativamente escasso estando os seus detentores maioritariamente envolvidos na carreira académica, pelo menos para já.

A discussão dos conteúdos

Embora esta matéria possa parecer, à primeira vista, algo controversa, é possível identificar um razoável consenso em torno do modelo formativo proposto pela AESOP, há já mais de 25 anos, e cuja atualidade continua a desafiar as aceleradas mudanças nos espaços urbanos e metropolitanos contemporâneos e a evolução dos correspondentes desafios profissionais.

Neste caso, como noutros, talvez o que não muda ou muda muito lentamente, seja mais importante do que o que muda rapidamente, por muito apelativa que seja a mudança aos espíritos mais investigadores, sempre preocupados em acompanhar as modas intelectuais em contínuas translações disciplinares. Que seria da resiliência e do sentido identitário e de entreajuda das comunidades locais se as cidades não fossem essas entidades complexas que por muito que mudem deixam os seus traços mais vincados permanecerem no tempo por gerações sucessivas.

Talvez porque o objeto de análise tem estas características marcadamente resilientes também o debate sobre a formação base em planeamento urbano não tem questionado o chamado "core curriculum" proposto em 1995 pela AESOP, estruturado sobre um conjunto abrangente, mas suficientemente preciso, de áreas de conhecimento, de atitudes e de competências práticas que se consideram essenciais à formação de um urbanista.

A descrição deste "core curriculum" encontra-se numa das páginas centrais do site da AESOP pelo que aqui me dispenso de a referir. Vale a pena é sublinhar que continua a ser este "core curriculum" que organiza a análise dos pedidos de adesão à Associação, e que permite distinguir o seu estatuto uma vez aceites, entre membros de pleno direito e membros associados. E é ainda com base no "core curriculum" que se procede à análise das candidaturas ao selo de qualidade e reconhecimento da AESOP dos diversos cursos de planeamento, do 1º ao 3º ciclo, que a tal entendem dever concorrer.



A discussão dos métodos

Face ao exposto anteriormente vou centrar-me em alguns desafios que se colocam na escolha e adoção dos métodos de ensino /aprendizagem ao nível do segundo ciclo, nos chamados cursos de mestrado, uma vez que são estes cursos que, maioritariamente, dão formação aos futuros profissionais de planeamento / urbanismo. O enfoque aqui, como aliás em todo este artigo, é assumidamente geral, sem abordar as especificidades do tratamento desta ou daquela cadeira.

Em primeiro lugar importa reconhecer o princípio que o estudante deve ser o centro de todo o processo de ensino / aprendizagem. O conhecimento inicial dos perfis individuais dos estudantes que, cada ano, temos pela frente é essencial. É sobre esse perfil inicial que se constrói o desenvolvimento pessoal e intelectual. O conhecimento desses perfis individuais tem de ser procurado logo nas primeiras aulas em exercícios simples de observação crítica, que propiciem a discussão e a interação entre todos, libertos de qualquer carga avaliativa porque tendencialmente inibidora ou, pelo contrário, exibicionista.

Note-se que ao contrário de um passado ainda recente, tipicamente, as turmas do 1º ano de um curso de mestrado são compostas por estudantes de diversas proveniências, que não se conhecem previamente e, portanto, é tão importante para o corpo docente conhecer a quem se vai dirigir, como dar um tempo aos estudantes para se conhecerem, uma vez que irão trabalhar em proximidade, senão mesmo em grupo, ao longo do semestre.

O ambiente de aula apresenta, atualmente, uma enorme riqueza e diversidade, eu diria, biodiversidade. Não só estamos perante estudantes de várias nacionalidades e culturas marcadamente distintas, europeus, americanos, em particular da américa latina, africanos e, por vezes, asiáticos, em que os portugueses estão quase sempre em minoria, como as respetivas formações de base são também muito distintas, da engenharia à arquitetura, à geografia, à arquitetura paisagista, à sociologia, à administração pública, etc.

Neste contexto é forçoso adotarmos pelo menos duas línguas de trabalho, tipicamente o português e o inglês. A sua gestão nem sempre é fácil, sobretudo no contexto das discussões nas aulas práticas, mas também das aulas teóricas, se nos lembrarmos que a complexa viagem dos conceitos entre línguas necessita, com frequência, de guias cuidadosamente preparados. A coreografia das aulas deverá ser mimeticamente rica e diversificada, por recurso aos mais diversos documentos de referência e consulta, e modos e suportes comunicacionais.

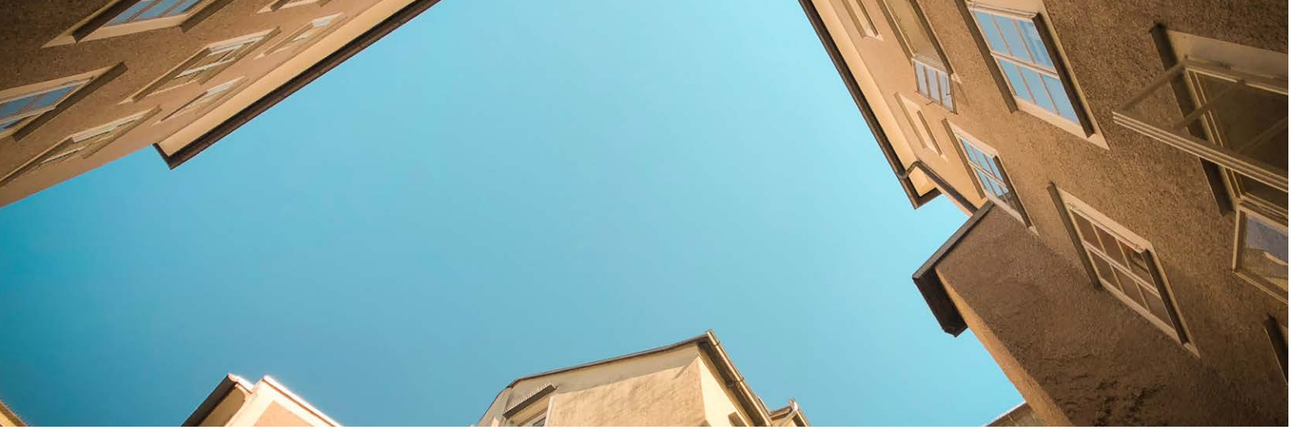
Pensando que o planeamento / urbanismo é, em grande sentido, uma ciência social aplicada, orientada para a definição de políticas e para o desenho de soluções concretas, podemos facilmente compreender a extensão dos desafios que o corpo docente tem pela frente naquele contexto de sala de aula. Como se não bastasse, se há atividade profissional que é fortemente marcada pelos códigos de valores e circunstâncias locais, pelas legislações e regulamentações nacionais (regionais e locais) é, como é sabido, o planeamento do território.

Ora o ambiente que encontramos atualmente na sala de aula tem tudo menos estas características, razão pela qual, qualquer que seja a temática da cadeira em causa, a escolha dos conteúdos formativos específicos deverá ter em atenção a diversidade disciplinar e cultural dos estudantes, privilegiando o desenvolvimento da autonomia e das capacidades de observação, crítica, proposta e ação, em detrimento dos conteúdos exclusivamente informativos, em particular os especialmente dependentes dos contextos espaciais e temporais.

Dito isto, olhando do lado da riqueza e diversidade cultural que temos pela frente em sala de aula, estamos nas condições ideais para potenciarmos um processo de ensino / aprendizagem em que todos ganham com todos, incluindo aqui, e em pé de igualdade, as interações diretas entre os estudantes e o corpo docente, e as próprias interações, não menos importantes, entre colegas estudantes.

Finalmente, uma palavra sobre a relevância da contaminação do processo de ensino / aprendizagem pelos processos de investigação. Sempre que a exposição e discussão de projetos de investigação, cuidadosamente selecionados e apropriados, invade a aula, esta ilumina-se, a atenção redobra-se e a curiosidade aguça-se.

Num mundo em mudança, olhar para a frente, para o processo de construção do conhecimento, não é descolar da realidade mas, pelo contrário, colocar os pés bem assentes na terra, no nosso contexto, no território e na sua transformação. E não sendo original deixem-me terminar com aquilo que me parece constituir o grande desafio do ensino atualmente; preparar os estudantes para saberem lidar com o desconhecido que, certamente, os irá perseguir durante toda a vida profissional (sobretudo aos que tiverem maior sucesso!).



Teresa Calix

[Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (CEAU-FAUP)]

URBANISTAS NO SÉCULO XXI

A condição urbana das primeiras décadas do século XXI tem evidenciado um conjunto de desafios para os profissionais do Urbanismo que, mesmo quando não são realmente novos, tendem a conjugar-se e sobrepor-se, são mais exigentes e mais complexos e exigem respostas mais céleres e plurais.

O estado permanente de crise é uma realidade dos últimos anos com sucessivas perturbações a nível mundial – como a crise pandémica de 2020 ou a crise do *subprime* de 2008 ou as várias crises de diferentes origens e âmbitos que as antecederam –, com reflexos que se acumulam e produzem transformações que dão origem a outras crises a nível local. Esta condição invariável de variabilidade encontra reflexo na instabilidade da realidade social e da sua concretização na dimensão urbana.

1.Os desafios e as competências

A ambiguidade entre a consciência da crise e o reconhecimento da necessidade de, ainda assim, seguir procurando intervir qualitativamente na produção socio-espacial é o principal desafio que se coloca ao urbanista. Desafio este que se desdobra em múltiplas exigências que determinam a aquisição de competências fundamentais que se traduzem em três dimensões: observação, interpretação e adequação da acção a desenvolver ao contexto. Em conjunto, impõem ao urbanista a necessidade de ler e interpretar exaustiva e prospectivamente a complexidade para agir com a noção da parcialidade de cada estratégia ou acção concreta.

Na base deste '*saber fazer*' encontram-se competências muito vastas que procurarei resumir em torno de três conceitos chave: interacção, diversidade e inovação.

a) Interacção

Neste cenário complexo em que os dados dos problemas, os actores (e as instituições) envolvidos e a informação pertinente são extremamente numerosos, a capacidade de interagir com as múltiplas fontes do conhecimento é fundamental.

A interacção pressupõe diálogo e comunicação; prevê a troca de ideias e o reconhecimento da importância do contributo do outro, independentemente da sua erudição, aptidão, proveniência ou, até, idoneidade; presume o contacto, o convívio e a familiaridade com um colectivo e o espaço que este ocupa.

O termo interacção subentende as ligações e os nexos que se estabelecem na partilha convergente e divergente de ideias, de convicções e de informações, e admite que todos os actores da sociedade são legítimos agentes de transformação do território.

O urbanista deve, pois, interagir para conhecer melhor o contexto e as dinâmicas nele latentes: a realidade socio-espacial e o modo como esta se produz colectivamente.

b) Diversidade

O reconhecimento da diversidade é, também, uma consequência natural da interacção.

Quer na escala global quer na escala local a sociedade – e a realidade que esta constrói – é cada vez mais multifacetada: o comportamento do indivíduo e a sua especificidade contrapõe-se à abstracção das leituras sectoriais; a idade, embora seja factor de agregação, e por isso de generalização, organiza-se em sectores etários com muitos outros níveis de heterogeneidade; a cultura afirma-se como condição de identidade e pertença mas também de manifestação da diferença da inter e multiculturalidade,... As categorias tendem a ser cada vez mais numerosas e a conter cada vez menos elementos; as generalizações mais curtas e menos operativas.

A diversidade pressupõe o reconhecimento do diferente e a sua inclusão.

A diversidade implica, por isso, a multi e a trans-disciplinaridade que integram a variedade de dimensões de conhecimento, de disciplinas, e o saber técnico que estas integram.

O urbanista, independentemente da sua formação base, deve reconhecer a importância de muitas disciplinas, tem de ser capaz de alargar as fronteiras do conhecimento e reconhecer limites de pertinência muito distintos e em permanente definição, mas complementares; só assim inclui a diversidade e só assim aprofunda, qualificando, a resposta.

c) Inovação

A inovação é a dimensão urgente da produção a realizar hoje. Encerra o desígnio da descoberta e da renovação sistémica e sistemática, que nem sempre estão presentes ou são bem integradas nos processos.

A inovação pressupõe avanços no conhecimento, mas, sobretudo, avanços no procedimento.

A valorização da dimensão ecossistémica, das alterações climáticas, da pegada de carbono, ..., tem várias décadas de reconhecimento, mas está longe de ser uma realidade inequívoca nos procedimentos actuais. O Relatório Brundtland – *Our Common Future* (1987) já não é deste século, mas 'o nosso futuro comum' assente num desenvolvimento sustentável ainda está longe de ser alcançado.

A informalidade da acção, ou a não formalidade das 'ferramentas' – os estudos, as negociações, os consensos –, é cada vez mais reconhecida como uma garantia de operacionalização efectiva do planeamento no território. No entanto, o tempo longo da transformação dos enquadramentos legais, as normas rígidas que prevalecem e os instrumentos que não se adaptam às necessidades urgentes de hoje, evidenciam um quadro formal de actuação que se encontra muito aquém da urgência de operacionalizar a melhor transformação.

O urbanista deve procurar novas competências, reconhecer os avanços no conhecimento e inovar nos procedimentos ao serviço do comum.

2. As competências e os programas de formação

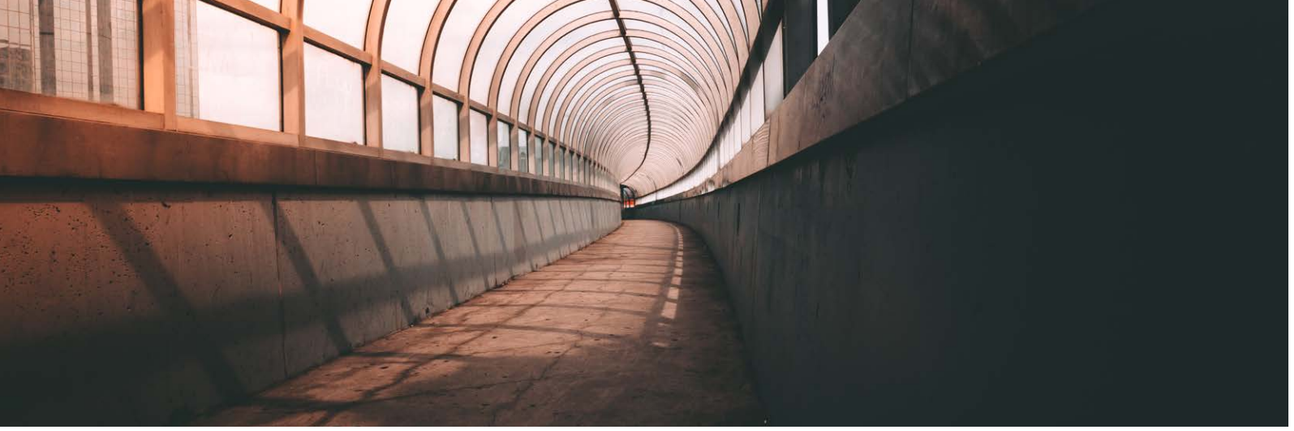
Formar este urbanista evidencia a indispensabilidade de introduzir nos programas de formação em urbanismo uma dimensão prática que permita *aprender fazendo*. A experimentação prática que se preconiza pressupõe trabalho de campo, mas, sobretudo, envolve a interação do estudante com a realidade, a interação com o cidadão e com as instituições. Pressupõe 'sair da academia' e 'aproximar da realidade', progredindo através do diálogo e da partilha de informações, reconhecendo a diversidade de 'falas' e, por isso, de posicionamentos e de necessidades.

O plano formativo deve colocar o futuro urbanista perante desafios 'reais' com pessoas 'reais', com instituições 'reais' que interagem e se pronunciam sobre o trabalho dos estudantes. Estes interlocutores – que obviamente ocupam uma posição que nem sempre é técnica, que não é académica, e que é, muitas vezes eminentemente política – obrigam os estudantes a lidar com um conjunto de questões e de entendimentos diversos, compelindo-os, de facto, a abordarem o seu contexto de trabalho sob múltiplas perspectivas, aproximando-se da diversidade do enquadramento em que efectivamente um dia mais tarde irão trabalhar.

O trabalho académico ganha pertinência e a percepção da incidência prática das matérias teóricas e da pertinência dos ensinamentos práticos dos professores permite assim a efectiva integração nas análises, no processo e nas propostas. O afastamento entre o plano académico subjacente ao que o professor diz e a realidade prática do território tem, assim, possibilidades de ser superado. Se, por um lado, *aprender fazendo* assume relevância, por outro lado, a consciência da necessidade de aprender sempre é determinante. Como tal, é fundamental que os programas de ensino evidenciem a necessidade de reconhecer a especificidade, de estudar o concreto e de verificar, a cada momento, a adequação das ferramentas em função do contexto, da conjuntura e do momento concreto naquele futuro incerto que se referia antes.

Num mundo em permanente crise, sempre que os desafios mudam, a sociedade muda, e vice-versa. O conhecimento está em permanente expansão e, por isso, a sua aplicação apresenta sempre carácter provisório. Para o futuro urbanista é fundamental adquirir as ferramentas de pensamento que lhe permitam observar, interpretar e agir, pondo em causa a rigidez institucionalizada de práticas passadas que se demonstrem inadequadas à complexidade de uma determinada realidade socio-espacial.

Assim, do urbanista espera-se a investigação extensiva e a síntese operativa que permite o progresso e do ensino espera-se a consolidação dos métodos que se baseiam na aplicação prática do conhecimento adquirido, evidenciando a utilidade e a relevância do Urbanismo.



Diogo Mateus

[Urbanista e Diretor dos 2.º e 3.º ciclos de estudos em Urbanismo da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias]

DESAFIOS PARA O ENSINO DO URBANISMO

Uma reflexão a partir das conversas com o Território, entre escolas de urbanismo, organizadas pela APU, com o tema "As transformações aceleradas dos territórios e os desafios para o ensino planeamento", no âmbito da conferência internacional "Comunidades e Redes para a Inovação Territorial" organizado pelo CeNTER – Universidade de Aveiro – 23/11/2020.

Perguntas de partida:

1. Quais são os desafios mais marcantes para os profissionais de Urbanismo na próxima década e, nessa perspetiva, que saberes e competências fundamentais deverão ser exigidas a um profissional em início de carreira?

2. Que alterações se afiguram indispensáveis nos programas de formação em urbanismo, quer a nível de áreas de conhecimento quer a nível pedagógico e em que medida exigirão uma nova relação entre ensino, investigação e sociedade?

Introdução

No primeiro número destes cadernos, no artigo "Por uma reflexão sobre a prática do urbanismo e o papel do urbanista!" (Diogo Mateus, p10-11), referíamos ser importante "Refletir /debater sobre a formação em urbanismo, quer de urbanistas quer de outros profissionais que trabalhem na área promovendo um futuro melhor. Uma reflexão sobre quais as competências a adquirir pelo urbanista, pois vários caminhos são possíveis". Assumindo que a prática do urbanismo é mais do que a prática dos urbanistas, para mais quando estamos perante um objeto de estudo e ação tão vasto e dinâmico como o é o território, a reflexão sobre o ensino do urbanismo deverá começar sobre, pelo menos, as duas hipóteses formativas que se apresentam. A saber, a formação de urbanistas e; a formação de outros profissionais que atuam no âmbito do urbanismo. Esta distinção, que muitos não assumem, é, pensamos, central. O urbanismo obriga a um trabalho conjugado e suportado por várias áreas disciplinares, dependendo da escala e das características do território, onde vários profissionais podem/devem ser chamados a participar. No entanto, é importante que esta transdiciplinaridade não admita que se faça urbanismo sem urbanistas, parece absurdo, seria o mesmo que fazer urbanismo sem as comunidades ou a não as considerar. Na prática, importa assumir que, do ponto de vista técnico, todos os que participam no urbanismo devem ter os conhecimentos que permitam, nas suas especialidades, um contributo para uma melhor ação, seja ela planear ou gerir o território.

Os desafios mais marcantes para os profissionais de Urbanismo na próxima década

Tentando estabelecer um "início" da prática do urbanismo (moderno), admitindo que é possível, podemos afirmar que o foi a partir do momento em que, como resposta a problemas concretos, se desenvolveram teorias e abraçaram projetos de melhoria das condições dos territórios no momento pós-revoluções industrial e, talvez principalmente, social, como defende Benevolo (1995). Nesse "início", e em prática, houve uma tentativa de resolver problemas existentes com a reabilitação dos espaços urbanos, que tinham acolhido muita população, mantendo uma estrutura medieval, que se tornou obsoleta face às exigências, primeiro da indústria, depois das populações, pela ausência de condições. Essas tentativas, um pouco por todo o mundo, projectavam sociedades "futuristas", quase perfeitas, numa visão "renascentista moderna", ou seja, reviver conceitos da antiguidade clássica para fazer aplicar ao território, aproveitando o advento de novas tecnologias, que se pretendiam inclusivas, quer para a melhoria da produção (interesse económico), quer para a melhoria da qualidade de vida das populações (muito fruto das reivindicações sociais). Neste "início" foram muitos, e de diferentes áreas, os que se dedicaram a teorizar – e aplicar – conceitos relativos à forma como deveriam ser os espaços comunitários, as aglomerações humanas, os espaços urbanos, como bem sintetiza Choya (1995). Ou seja, no espaço habitat do ser humano cruzam-se vários aspetos que se relacionam, se condicionam e complexificam, tornando a tarefa de dotar o território de condições para um uso eficiente por parte dados comunidades uma tarefa importante, mas exigente. Durante o Século XX, e atravessando períodos difíceis, o urbanismo consolidou-se, mais nuns países que noutros, como uma prática essencial para o desenvolvimento das comunidades, regraram-se conceitos, definiram-se metodologias, aplicaram-se limites que, mais cedo ou mais tarde, se retiraram, demonstrando uma constante adaptação da prática às necessidades concretas.

A razão para esta breve introdução prende-se com a percepção de que, a cada momento, o urbanismo se deve (e tem) adaptado às diferentes dinâmicas da sociedade, acompanhando as suas demandas e apoiando o desenvolvimento, disponibilizando um conjunto de ferramentas, a utilizar por decisores e pelas comunidades, que permitem a compreensão do território, das suas necessidades e capacidades, e a definição de estratégias que visem o bem estar geral. Por isso, é expectável que na próxima década, o urbanismo se adapte aos desafios que se lhe apresentem, para mais num momento em que, para o bem e para o mal, os decisores encontram, ou reencontram, nele uma forma de reinventar conceitos, ir ao encontro de desejos das comunidades e, com isso, ganhar adeptos. Isso atrai ao urbanismo um conjunto infindável de pessoas que, pensando a cidade, se julgam urbanistas. Muitos, sem conhecerem a história e metodologia do urbanismo, convencem-se – e convencem os distraídos – que estão a inventar novos conceitos, novos métodos, e que com isso resolvem todos os problemas. Aliás, não só aqueles que não são urbanistas o farão, também há quem, sendo urbanista, possa cair nessa tentação. Esquece-se a história e inventam-se estórias, vejam-se as modas das "cidades cicláveis"ou das "cidades dos 15 minutos", conceitos pouco aprofundados, nada novos, mas que geram adeptos e, principalmente, investimentos.

Assim, os principais desafios que se podem colocar aos profissionais de urbanismo na próxima década são vários, destacando-se (ou resumindo):

- Continuar a prática do urbanismo centrado no território e nas suas comunidades, de forma integradora e conciliadora para o bem-estares de todos e a preservação dos recursos;

- Esclarecer que no urbanismo não há um "autor". O urbanismo é reflexo de um trabalho conjunto e conjugado, participado e de co-responsabilização, onde as comunidades desempenham um papel fundamental, suportadas por informação responsável e técnicos capacitados para auxiliar na tomada de decisões;

- Pugnar por uma responsabilidade profissional sólida, exigindo responsabilidade para a prática do urbanismo, assumindo que o urbanismo deve ser de todos e para todos, mas que não se pode fazer urbanismo sem urbanistas, sem o conhecimento amplo e abrangente que ao urbanista é exigido para conseguir consensos, definir estratégias e gerir ações que permitam o desenvolvimento dos territórios;

- Exigir das instituições de ensino e de investigação a disponibilização de formação – constante e adaptado à realidade e às necessidades – e o investimento em investigação que permita o desenvolvimento de técnicas capazes de melhorar processos e procedimentos urbanísticos;

- Ter um papel ativo e esclarecedor para as comunidades, dando-lhes a conhecer onde estão, onde podem chegar e a forma como devem agir para melhorar a qualidade de vida.

Para estes desideratos importa uma sociedade exigente, esclarecida e participativa, outro desafio que aos urbanistas é colocado, trabalhar com e para as comunidades, ajudando-as a fazer o seu território.

Que alterações se afiguram indispensáveis nos programas de formação em urbanismo.

A formação em urbanismo, como já foi anteriormente referido, pode ser assumida de diferentes perspectivas, destacando-se a 1) formação específica de urbanistas; 2) a formação específica de outros profissionais de áreas afins para a prática do urbanismo – reconversão; 3) formação complementar de outros profissionais que, no desempenho das funções próprias das suas áreas disciplinares, têm ação no campo do urbanismo. Em Portugal, se antes da década de 1970/80 se apostava, essencialmente, pela inclusão de matérias do urbanismo nas formações de profissionais que, hoje, podemos afirmar como áreas afins ao urbanismo, a partir da década de 1980, e essencialmente na década de 1990, houve uma aposta das instituições de ensino superior na formação específica de urbanistas. Ao chegar à primeira década do Século XXI,

as formações específicas (licenciaturas) em urbanismo foram desaparecendo, deixando aos que querem abraçar a profissão responsavelmente a necessidade de frequência de mestrados, já que o doutoramento não deve ser entendido, por si só, como formação capacitante para a prática profissional do urbanismo. Os mestrados tornam-se (ou voltaram a tornar-se), quase em exclusividade, a forma de formar urbanistas. Neste contexto, quer quem pretenda ser urbanista, quer quem pretenda apenas especializar-se numa especificidade do urbanismo, tem de recorrer, em Portugal, a um mestrado, depois de investir numa licenciatura (ou mestrado integrado) que o prepara para uma determinada profissão. Ficou a perder o urbanismo, fica a perder o país, pensamos.

O principal desafio no ensino do urbanismo passa pela afirmação, ou seja, pela demonstração da sua necessidade. Para tal, é importante uma conjugação de esforços das instituições de ensino e investigação, na definição de uma estratégia comum para o ensino do urbanismo. Esta estratégia deve contemplar as abordagens necessariamente diferenciadas no contexto da formação, i.e., cada escola deve possuir abordagens distintas à formação em urbanismo, sem que se deixe de contemplar, e em conjunto decidido, aquilo que são os "mínimos" exigidos para a formação de urbanistas, para a formação de especialistas em urbanismo e para a necessária formação de matérias do urbanismo a outros profissionais. Nesta estratégia devem ser envolvidas as escolas e centros de investigação que se dedicam à formação em urbanismo, a Associação Profissional de Urbanistas (talvez a que mais interesse terá), os responsáveis pelas políticas públicas, decisores e, porque não, a sociedade. Um debate alargado para que se saiba afinal, o papel do urbanista e do urbanismo na sociedade.

Os programas de formação em urbanismo, qualquer que seja o seu âmbito (1, 2, 3 ou 4 referidos anteriormente), devem em primeiro lugar capacitar os futuros profissionais a interpretar o território, nas suas diferentes dimensões – material e imaterial ou física, social e administrativa. Ao urbanista é exigido o conhecimento do território e dos diferentes fatores que com este atuam. No entanto, o desafio é estabelecer, para cada particularidade, o que deve e não deve ser incluído, ou seja, capacitar o urbanista para, conhecer o território, focando o desenvolvimento da sua atividade nos fatores determinantes para a matéria em estudo, sem desconsiderar as restantes. Mas nesta tarefa há que considerar se estamos a formar urbanistas ou profissionais que actuarão em urbanismo. Pois a profundidade da abordagem deve ser distinta. Ultrapassado que esteja este desafio, que é transversal no tempo e no tipo de formação que se pretenda, importa dinamizar a prática como forma de aprendizagem, i.e., partindo de situações reais, complexas, preparar o urbanista para os desafios da profissão, para a necessidade de compreender os problemas diversos e encontrar soluções. Não se ensina urbanismo com fórmulas ou relações causa-efeito, cada caso é um caso. A complexidade de fatores que se relacionam obriga a uma abordagem distinta para cada local, cada comunidade, cada momento. Este é um outro desafio do ensino do urbanismo que exorta a necessidade de conhecimento do território e das comunidades. Aprender a fazer com e para as pessoas.

Ao nível da investigação, importa que as instituições promovam estudos e desenvolvam técnicas e teorias adaptadas às realidades nacionais, que sirvam de ponto de apoio à prática profissional. Mais do que centradas na investigação para investigadores, na produção em revistas científicas (também importante), deve haver um esforço para chegar a quem pratica, a ouvir os problemas que se sentem no terreno e a construir, com técnicos, decisores e comunidades, um caminho que ajude o desenvolvimento territorial.

O trabalho em urbanismo é abrangente, mas exige responsabilidade e a APU deve servir de ponto de apoio e de partida para o diálogo entre os urbanistas, os decisores, as universidade e centros de investigação e as comunidades. A definição de critérios claros, mas amplos em abrangência, do que deve ser a formação em urbanismo, a sua prática e os seus domínio próprios urge, para um país mais preparado para os desafios que se colocam a cada momento e para um melhor território, não só com urbanistas, mas essencialmente onde estes sejam integrados como parte da solução.

Referências bibliográficas:

Benevolo, L. (1995). A cidade na história da Europa. Presença, 1.a ed. Lisboa. [Original de 1993]

Choya, F. (1995). O urbanismo: Utopias e realidades. Uma antologia. 3.ª ed. Perspetiva, São Paulo. [Original de 1965]



Luís Sanchez Carvalho

[Professor Auxiliar | Faculdade de Arquitetura Universidade de Lisboa]

CONVERSAS COM O TERRITÓRIO[1]

No âmbito das "*Conversas com o Território: As transformações aceleradas dos territórios e os desafios para o ensino do planeamento*" enquadradas no programa da conferência "*Comunidades e Redes para a Inovação Territorial*", a Universidade de Aveiro em parceria com a APU, pretendeu centrar a sessão em dois assuntos principais:

1. Quais são os desafios mais marcantes para os profissionais de Urbanismo na próxima década e, nessa perspetiva, que saberes e competências fundamentais deverão ser exigidas a um profissional em início de carreira?

2. Que alterações se afiguram indispensáveis nos programas de formação em urbanismo, quer a nível de áreas de conhecimento quer a nível pedagógico e em que medida exigirão uma nova relação entre ensino, investigação e sociedade?

Assumindo desde logo a incapacidade em conseguir abordar de forma global e integrada (ou outra) os assuntos/perguntas colocados, opta-se por uma lógica estruturalista-cartesiana (ou assim).

(1.1) Quais são os desafios mais marcantes para os profissionais de Urbanismo na próxima década

Começando pelo fim, pela "*próxima década*"...o futuro

A 'visão de um futuro', seja ela contruída por uma Profecia, por um Plano ou por qualquer outro instrumental é sempre (palavra perigosa) um empreendimento arriscado, e muitas vezes frustrante e frustrado. Em 'estranhos tempos', como o ano 2020, em que o futuro atropela ao presente, o mergulho na realidade (que não na ideia) não permite mais que ouvir o ruído e, se esse necessário e profundo mergulho, desvia e deturpa o reconhecimento do presente quanto mais do, agora ainda mais, inimaginável futuro.

Continuando de trás para a frente, pelo "*urbanismo*"

Não é certamente este texto a sede para dissertar sobre o universo da expressão - profissional, científica e pedagógica - de "*Urbanismo*". Deixam-se assim alguns diálogos em que essa 'expressão' está marcadamente presente, mas cuja perceção do seu 'território' nem sempre é clara: Urbanismo vs Ordenamento do Território. Urbanismo vs Planeamento (regional e urbano); Urbanismo vs Desenho/Projeto urbano; Urbanismo vs Arquitetura

Continuando, com "*os profissionais de urbanismo*"

Evidenciado no ponto anterior a transversalidade do 'urbanismo' é natural que a caracterização dos seus "*profissionais*" seja, também ela, sujeita a diálogos em diversas dimensões.

A dimensão – ampla - da 'formação' dos "*profissionais*": arquitetos, arquitetos paisagistas, engenheiros (civis) e juristas. Só para referir os que, em determinado tempo, se diziam obrigatoriamente integrantes de "*equipas técnicas multidisciplinares*". Mas também engenheiros que não civis, economistas, geógrafos, sociólogos, biólogos ou arqueólogos. E claro, os que, com esses formações (ou outras), se graduam nos diversos mestrados e doutoramentos de "*urbanismo*" quer tenham precisamente essa denominação ou se escrevam com (essa e) outras 'palavras' como ordenamento do território,

planeamento, sustentabilidade ambiental ou afins.

A dimensão – ampla - da 'ação' dos "*profissionais*": os 'fazedores' de planos&projetos, os gestores de ativos territoriais, os académicos&investigadores, os 'administradores' (leia-se elementos da administração pública central, regional e local).

E, tentando antecipar a última parte (dos desafios), fica a nota-adivinha sobre os futuros "*profissionais*" (ou os "*profissionais*" do futuro) que, na(s) próxima(s) década(s) vão alargar o raio de ação do "*urbanismo*": os programadores informáticos, os matemáticos, os físicos, mas também os designers e os filósofos.

Terminado pelo princípio, os "*Desafios*":

Assumindo o desconhecimento do futuro e a excecional transversalidade do urbanismo e dos seus profissionais o enunciado dos desafios é, em si, um desafio. Arrisco, os mais marcantes: as ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS & INTELIGENCIA ARTIFICIAL e (no ocidente) O FIM DA ERA DO OCIDENTE[2].

(1.2) que saberes e competências fundamentais deverão ser exigidas a um profissional em início de carreira?

Tendo em conta a transversalidade do "*urbanismo*" e dos seus "*profissionais*" é, pelo menos, insensato e absurdo assumir qualquer posição corporativista. Ainda assim, de uma escola de arquitetura, urbanismo e design urge reclamar a persistência e a relevância do carácter do DESIGN na sua (re)conhecida expressão (a outros roubada assumo) "da colher à cidade"[3].

Subsiste uma decisão/dilema sobre essas "*competências fundamentais"* no "inicio de carreira" devem ser: competências de performer, qual para-quedista que, em qualquer circunstancia, toca terra e segue em frente em velocidade de cruzeiro; ou, devem ser, competências de solista, qual jogador sub-23 que precisa de uns anos a rodar em equipas secundárias até jogar a sério.

Em qualquer caso, o saber/competência - denominador comum - qualquer que seja a dimensão da formação/ação e qualquer que seja a resolução do dilema é COMUNICAR.

(2.1) Que alterações se afiguram indispensáveis nos programas de formação em urbanismo, quer a nível de áreas de conhecimento quer a nível pedagógico

Começando, agora, pelo princípio: "*Alterações*"

Antes é preciso saber se é (mesmo) necessário mudar. Talvez seja mais fácil e eficaz reconhecer o que é necessário manter e/ou reforçar (ou em alguns casos recuperar). No caso de uma escola de urbanismo, de arquitetura e de design é necessário manter/reforçar a dupla DESIGN & DIVERSIDADE.

Se já se referiu o carácter impressível do DESIGN importa destacar a necessidade e a relevância da DIVERSIDADE: de alunos, de docentes, de cursos, de conteúdos, de abordagens, de trajetos.

Tentando alinhar o raciocínio parece que as "*alterações*" a empreender devem ser aquelas que melhor permitam enfrentar os desafios acima enunciados: ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS & INTELIGENCIA ARTIFICIAL.

E, então, que "*alterações*" devem ser essas? Reitera-se aqui a incapacidade de adivinhação, mas, tentando alinhar uma vez mais o raciocínio, essas "*alterações*" devem ser dirigidas a reforçar duas aptidões e uma prática: COMUNICAR & RESOLVER PROBLEMAS + SAIR DA SALA DE AULA. Com essa 'saída' não se pretende desvalorizar a Academia e a Ciência, mas, pelo contrário, aumentar a Academia e alargar a Ciência.

(2.2) e em que medida exigirão uma nova relação entre ensino, investigação e sociedade?

Exigirão certamente. Mas, tendo em conta o 'sistema de ensino' (em Portugal, mas, arrisca-se, também no espaço europeu) parece mais urgente e necessário uma nova relação entre ENSINO & ENSINO. Uma "*nova relação*" que parta do reconhecimento da atual distância entre esse 'sistema de ensino' e a SOCIEDADE. E, partindo desse reconhecimento, permita, antes de mais – e de forma prioritária – estabelecer uma relação entre o ensino secundário e o ensino superior.

1. O presente texto expressa as minhas posições pessoais e não reflete qualquer posição oficial da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FA.ULisboa) e/ou entendimento de qualquer dos seus órgãos de gestão. Todavia estas posições advêm, obviamente, da minha experiência de 20 anos enquanto docente da FA.ULisboa mas, também, de um trajeto de 30 anos como profissional de urbanismo.

2. "*Fim de Era do Ocidente*" aqui utlizada livremente como expressão que reúne muitas outras expressões que, nas últimas décadas, têm descrito o fim de cinco séculos de domínio mundial do euro-ocidente e que acarreta tremendas alterações políticas, económicas, sociais e culturais no euro-ocidente do qual Portugal faz parte.

3. Note-se que os arquitetos (Licenciado pré-Bolonha ou Mestres pós-Bolonha) inscritos na ordem dos arquitetos têm necessários saberes e correspondentes competências (atos próprios) definidas pelo enquadramento do exercício da profissão, em Portugal e na União Europeia.



Artur da Rosa Pires

[Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro]

A FORMAÇÃO EM URBANISMO EM TEMPOS DE MUDANÇA?

O tema deste artigo procura ir ao encontro do desafio que nos foi colocado pela Associação Portuguesa de Urbanistas (APU), questionando as implicações para a prática e ensino do Urbanismo das "transformações aceleradas do território" que têm marcado os tempos mais recentes. Em essência, procurava-se perspectivar, para a próxima década, as mudanças que poderão ocorrer quer no exercício profissional quer na formação em Urbanismo.

Numa primeira nota, importa saudar o debate e a iniciativa que lhe está subjacente. Este é um tema importante, plenamente justificado independentemente das conclusões a que cada um possa chegar, certamente merecedor da atenção conjunta das Associações Profissionais e da academia. Colocar esta temática na agenda da discussão pública é meritório e, face à multiplicidade de formas possíveis de a abordar e as profundas implicações que dela decorrem, como ficará ilustrado neste artigo e por maioria de razão no conjunto de artigos preparados pelos colegas de Painel, bom seria que se não esgotasse nesta iniciativa o esforço de reflexão que lhe deve ser dedicado.

Neste artigo irei enquadrar a abordagem desta temática, ainda que de forma breve e essencialmente ilustrativa, a partir de quatro perspectivas. A primeira, focando os novos desafios, ou os novos contornos da prática profissional de Urbanismo (no sentido lato que lhe estamos a atribuir) que é possível identificar ou antever e dos quais poderão decorrer exigências de preparação que terão de ser acauteladas na formação desses profissionais. Uma segunda perspectiva valoriza a especificidade da realidade nacional, onde a prática profissional é maioritariamente exercida, de onde decorrem implicações para a formação em Urbanismo, moldadas precisamente por essa referenciação sociopolítica, cultural e também profissional. A terceira perspectiva, porventura menos comum, sublinha a importância de levar a análise para além das fronteiras do Urbanismo e ponderar mudanças que ocorrem noutras esferas institucionais, mas com as quais o Urbanismo e/ou a formação em Urbanismo estão intrinsecamente relacionados. Finalmente, uma quarta perspectiva apoia-se numa oportuna e bem pertinente observação do colega Paulo Pinho, aquando do debate a que este artigo se reporta, incidindo sobre o que se deve preservar, num quadro de mudança, para que se garanta a continuidade da essência da formação em Urbanismo. As três primeiras perspectivas apoiam-se, em grande medida, numa reflexão que fui amadurecendo aquando da preparação de um livro publicado recentemente (Frank e Rosa Pires, 2021) e, na quarta perspectiva, beneficiei também da leitura de um texto recente de John Forester (Forester, 2021), no âmbito de um debate promovido por um dos grupos temáticos da AESOP -estou, portanto, devedor a todos os colegas envolvidos.

A perspectiva relativa aos desafios ou novos contornos do Urbanismo aponta claramente para o surgimento de dimensões novas nas práticas profissionais, que requerem preparação adequada. Há fundamentalmente duas ordens de razão. A primeira prende-se com a diversidade de temáticas "nucleares" que a prática contemporânea de Urbanismo deve ponderar, bem como a sua natureza multi-escalar, desde as alterações climáticas e eficiência energética, à saúde e bem-estar, à justiça social e equidade, à inovação e desenvolvimento económico, incluindo também e naturalmente as mais tradicionais de organização territorial de actividades, de política de solos e desenho urbano. Sendo impossível a um profissional dominar científica e tecnicamente todas estas temáticas, a prática profissional passa necessariamente pela interacção com outros profissionais versados nessas

áreas, o que implica condições de partida favoráveis à interdisciplinaridade. Este novo desafio, que todos reconhecemos não ser fácil, requer bases de conhecimento científico, mas também métodos adequados que facilitem e apoiem o diálogo entre diferentes disciplinas (e.g. Gilliard et al, 2021) e competências pessoais específicas de empatia e de racionalização de processos decisórios (e.g. Grams, 2021).

Uma segunda ordem de razão reforça esta exigência de mudança. Prende-se com a necessidade de envolver, dialogar e incorporar conhecimento com outros profissionais, mas também com os cidadãos e outros agentes socio-institucionais relevantes num dado exercício de planeamento. Estamos agora no domínio da transdisciplinaridade, a ter lugar num espaço social que tende a ser crescentemente disputado, no sentido de diferentes tipos de saber reivindicarem legitimidade (e poder) para configurar, ou contribuir para a configuração das respostas formais de planeamento (e.g., Buizer e Lata, 2021). Haverá aqui duas ilações a retirar para fazer face a estes desafios, com implicações significativas para a formação em Urbanismo. Por um lado, o profissional deverá ser capaz de construir uma opinião tecnicamente sustentada, mas também de potenciar a co-criação conhecimento qualificado e contextualizado decorrente da interacção com uma diversidade de agentes territoriais, eventualmente portadores de saberes não científicos. Por outro lado, terá de gerir um processo de planeamento em que a figura do estratega já não será a de autor, mas sim de co-autor da estratégia (o que o faz partilhar mas não o desresponsabiliza da autoria da estratégia). Esta circunstância contraria o pressuposto ainda muito enraizado de que o Urbanista é o "especialista" a quem é reconhecida e conferida a legitimidade técnica de ser o responsável único por determinar a solução final - o que tem profundas repercussões em termos de teoria e método de planeamento, aumentado algo paradoxalmente a complexidade e o nível de exigência técnico-profissional . Ou seja, ao mesmo tempo que a sua formação deve alcançar maior amplitude técnica para abranger um maior leque temático e a dimensão multi-escalar, também deve ser acompanhada por conhecimento metodológico (e.g., de apoio à decisão) e de competências pessoais que permitam reconhecer os limites do conhecimento científico e escrutinar e validar a sua articulação qualificada com outros tipos de saber.

Em síntese, a sociedade contemporânea ao reforçar a importância do espaço relacional e ao "democratizar" o espaço social do planeamento, é susceptível de introduzir mudanças significativas na prática de planeamento para as quais a formação em Urbanismo terá de procurar respostas adequadas. A relevância desta perspectiva não deve ser subestimada e há posições bem assertivas a este respeito, como por exemplo: "*There is a real danger that planning will increasingly be seen as an archaic twentieth-century top-down state activity, detached from the complex drivers of change affecting cities, remote from the requirements of the digital and global age, and irrelevant to modern processes of citizen engagement. If planning is going to serve a purpose in the twenty-first century, it must adapt to survive. (...) The status quo is not an option*" (Galland et al, 2020, p. 252)

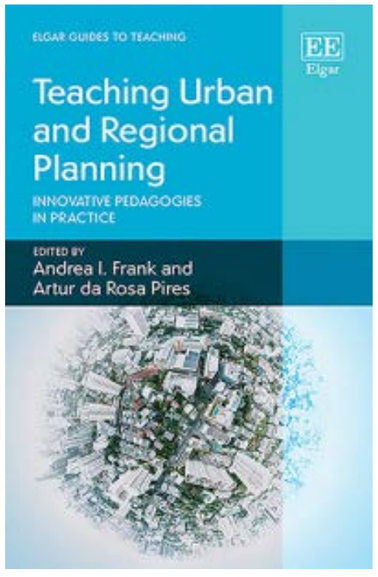
A segunda das quatro perspectivas de abordagem anteriormente referidas tem em linha de conta, sobretudo, a especificidade do contexto nacional. A prática de Urbanismo parece estar essencialmente bipolarizada entre o quotidiano de respostas a solicitações do mercado, pontuais e de curto prazo, e a inoperância e quase descrédito de políticas e grandes programas de ordenamento do território, em termos de capacidade de induzir as necessárias mudanças transformadoras. A retórica de legitimação social e profissional do Urbanismo é incompatível com a continuidade desta situação. E a formação do em Urbanismo não poderá ser insensível a esta questão. Uma forma paradigmática de ilustrar a importância desta perspectiva é através de um dos maiores desafios das políticas públicas em geral e reside, precisamente, na sua reconhecida, mas não suficientemente debatida, falta de qualidade. Sendo uma situação transversal, aplica-se também ao domínio do ordenamento do território (e do ambiente), como João Ferrão vem de há muito a chamar a atenção (e.g., Ferrão, 2014). Mais recentemente, Paes Mamede e Adão e Silva (2019), no livro que organizaram sobre "" expõem e documentam esta situação de forma muito clara. Reunindo um conjunto de contributos, entre os quais também o de João Ferrão, afirmam que "*o problema das políticas públicas em Portugal prende-se mais com a qualidade dos processos de desenho, implementação, coordenação e avaliação, do que com a ausência de reformas*", acrescentando que as "*fragilidades ... se repetem nas diferentes áreas de política*" pelo que "*o principal desafio que se coloca ao país é melhorar as políticas existentes*" (idem, pp 5-6). Nesta linha de argumentação, impressionam também os comentários constantes da Auditoria do Tribunal de Contas ao Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD 2014). Reconhecendo embora que o PANCD se baseia num "*diagnóstico adequado e inclui objetivos e linhas de ação que abordam os principais riscos de desertificação em Portugal*", nota-se contudo que "*não identificou as concretas atividades a desenvolver, as entidades e as áreas de governação responsáveis pela sua execução, o respetivo calendário, o custo envolvido e a articulação com os programas/fundos suscetíveis de financiar as ações necessárias*", prosseguindo apontando a insuficiente articulação com outras políticas nacionais, a fragilidade das estruturas de governação, a inoperacionalidade da monitorização, etc. (Tribunal de Contas, 2019, pp 9-10). Ficam assim claramente expostas as fragilidades da construção de políticas públicas em Portugal, de que o Urbanismo e ordenamento do território não se pode dissociar. Pelo contrário, deverá assumir as responsabilidades que lhe cabem na desejável trajectória de superação desta situação.

A terceira das perspectivas referidas prende-se com a necessidade de situar e compreender as tendências de mudança da formação em Urbanismo no quadro mais vasto das mudanças globais da sociedade contemporânea e, em particular, do Ensino Superior. Ronald Barnett chama a atenção para a especificidade das mudanças com que nos confrontamos, referindo que "*is not change per se but its character, its intensity, its felt impact*" (Barnett, 2004, p. 248), o que o tem levado a aprofundar o estudo das implicações destas mudanças para a Universidade e a formação superior (e.g. Barnett 2004; 2011; 2021b), tendo recentemente articulado essas preocupações com a formação em Planeamento (Barnett, 2021a). Aliás, o reconhecimento de que a sociedade tem hoje novas (e diversas ...) expectativas sobre o papel da Universidade na sociedade contemporânea, tem conduzido a uma intensificação do debate sobre "a Universidade do século XXI", também dentro da academia, mas claramente extravasando esse âmbito, como bem ilustra a iniciativa sobre a Universidade Europeia (EC, 2019). O conceito da Universidade Cívica, por exemplo, de que John Goddard foi o principal impulsionador (Goddard, 2009), tem enquadrado diversas práticas pedagógicas de aproximação à sociedade e de formulação de políticas públicas apoiadas na co-criação de conhecimento também no âmbito do Urbanismo (e.g. Kallus, 2021; Rafferty et al, 2021; Cálix, 2021). Estas situações valorizam significativamente, de um modo geral, o âmbito do processo de aprendizagem, que transcende a dimensão cognitiva, incidindo sobre dimensões determinantes de desenvolvimento pessoal, assim invocando a relevância fundamental da dimensão pedagógica (e.g. Yonder et al, 2021; Vivant, 2021; D'Ottaviano e Rovati, 2021). O texto de Terry Lamb e Goran Vodicka (2021) é particularmente elucidativo neste âmbito, proporcionando uma perspectiva sobre pedagogia pouco comum mas merecedora da maior atenção, advogando a necessidade de "*understanding pedagogy as a deeply civic, political, and moral practice*" (Lamb e Goran Vodicka, 2021, p. 34, citando Giroux, 2010). Neste enquadramento, partilhamos a opinião de Barnett (2021a), segundo a qual um curriculum vale hoje pela sua componente cognitiva mas também pela sua vertente temática. Sem dúvida, matéria para reflexão na antevisão dos desafios da formação em planeamento para a próxima década.

Na quarta e última das perspectiva referidas, apoiando-me na observação do colega Paulo Pinho, gostaria de chamar a atenção para um artigo belíssimo de John Forester, com um título absolutamente desarmante: "*Our curious silence about kindness in planning: Challenges of addressing vulnerability and suffering*" (Forester, 2021). O colega Paulo Pinho fez notar que a preocupação com a necessidade e urgência da mudança corre o risco de fazer esquecer uma outra preocupação não menos importante – o que se deve preservar para valorizar um legado que se construiu na prática e na reflexão de muitos e longos anos. Vieram-me estas palavras à memória quando li o texto de John Forester, enquadrado num debate promovido pelo Grupo Temático da AESOP sobre "Ética, Valores e Planeamento". John Forester deu inestimáveis contributos à Teoria e Prática do Planeamento ao longo de muitos anos. Neste artigo, recente, ele aborda um dos valores fundacionais e identitários da actividade profissional do planeamento (e Urbanismo)– a empatia com grupos sociais desfavorecidos e/ou com menor acesso ao debate público, o esforço de identificação das causas estruturais subjacentes à situação desfavorável em que se encontram, a capacidade de construção de propostas que possam contrabalançar essas causas e o fortalecimento da motivação e dos recursos para agir de forma consequente e transformadora. Neste processo, e com apoio em quatro casos práticos de diferentes cantos do globo, explora os dilemas e os desafios profissionais e pessoais com que o profissional é confrontado, bem como os riscos de erro que estão associados a esta actividade profissional. O debate desenvolve-se em torno das razões para a não utilização, na retórica profissional, da palavra "bondade" (*kindness*), em favor de "justiça social" ou "equidade", mas subjacente a toda argumentação está a exposição da essência da legitimidade social da actividade profissional do planeamento. Aqui, pretendo deixar a inquietação em torno desta questão maior: a essência desta actividade profissional, a interpretação que cada Escola dela faz e a forma como a formação em Urbanismo a deve preservar, sabendo que a sociedade contemporânea lança desafios que nos devem fazer reflectir e procurar respostas adequadas.

Na breve exposição destas quatro perspectivas emergiu a mensagem clara da necessidade de repensar a prática profissional contemporânea do Urbanismo e da formação em Urbanismo. Apresentaram-se várias razões para as mudanças nas práticas profissionais e ficou sugerido um sentido de mudança, designadamente na formação em Urbanismo, que vai para além de uma preparação para uma maior abrangência temática, destaca a vertente de metodologias de suporte às novas práticas e, de forma bem mais vincada do que no passado, valoriza a dimensão pedagógica, destacando-se o foco no desenvolvimento pessoal, da autonomia de aprendizagem, de valores e de atitudes. Foi ainda enfatizada a necessidade de, neste processo de mudança, valorizar e preservar a essência da formação em planeamento e do stock de conhecimento acumulado ao longo de anos de prática e reflexão, o que nos direcciona para a possibilidade de interpretações ou configurações diferenciadas, em cada Escola, dos contornos desse núcleo essencial a preservar. Neste âmbito, a experiência da AESOP pode ser inspiradora e referenciadora de iniciativas a promover num futuro próximo. A AESOP teve sempre como um dos principais objectivos promover a qualidade da formação

em Planeamento na Europa, mas nunca procurou impor um formato ou modelo único. Pelo contrário, sempre respeitou e valorizou as diferenças de abordagem, procurando promover a partilha de experiências e a aprendizagem mútua entre as diferente Escolas – sem abdicar de apontar dimensões e desafios fundamentais do Planeamento, como a iniciativa do "Core Curriculum" paradigmaticamente ilustra (Galland e Chettiparamb, 2020). Talvez seja o momento adequado para que as Escolas de Planeamento em Portugal, em conjunto com a APU e outros parceiros institucionais, repliquem esta abordagem, adaptando-a e moldando-a às circunstâncias nacionais. Afinal, como referem Galland et al (2020), invocando John Forester (2009) "*planning's position in managing change is, and should be, a story of hope*".



Referências bibliográficas:

Barnett, R. (2004) Learning for an unknown future. Higher Education Research and Development 23(3): 247–260.

Barnett, R. (2011) The coming of the ecological university. Oxford Review of Education 37(4): 439–455.

Barnett, R. (2021a) Planning education and planning the university: a becoming-symbiosis, in Frank, A. and Rosa Pires, A. (eds) Teaching Urban and Regional Planning. Innovative Pedagogies in Practice, Edward Elgar, Reino Unido, pp. 39-55.

Barnett, R. (2021b) The Activist University: Identities, profiles, conditions. Policy Futures in Education. March, pp. 1-14.

Buizer, M. and Lata, I. B. (2021) Using theatre and performance for greater reflexivity in planning and design education in Frank, A. and Rosa Pires, A. (eds) Teaching Urban and Regional Planning. Innovative Pedagogies in Practice, Edward Elgar, Reino Unido, pp. 174-187.

Calix. T. (2021) Urban design studio as a critical learning space within the architecture curriculum: the evolving pedagogical approach to "PROJECTO 5" in Frank, A. and Rosa Pires, A. (eds) Teaching Urban and Regional Planning. Innovative Pedagogies in Practice, Edward Elgar, Reino Unido, pp. 142-156.

D'Ottaviano, C. and Rovati, J. F. (2021) Beyond the classroom: new skills through community–university outreach in Frank, A. and Rosa Pires, A. (eds) Teaching Urban and Regional Planning. Innovative Pedagogies in Practice, Edward Elgar, Reino Unido, pp. 108-124.

European Commission (EC) (2019) European Universities Initiatives: Building the Universities of the Future. https://ec.europa.eu/education/education-in-the-eu/european-education-area/european-universities-initiative_en

Ferrão. J. (2014) Ambiente e Território: para uma nova geração de políticas públicas com Futuro, Actas da Conferência "Afirmar o Futuro: Políticas Públicas para Portugal", Fundação Calouste Gulbenkian, Vol II p. 328-336.

Frank, A. and Rosa Pires, A. (eds) (2021) Teaching Urban and Regional Planning. Innovative Pedagogies in Practice, Edward Elgar, Reino Unido.

Forester, J. (2009). Dealing with differences: Dramas of mediating public disputes. Oxford: Oxford University Press.

Forester J. (2021) Our curious silence about *kindness* in planning: Challenges of addressing vulnerability and suffering. Planning Theory. Vol 20(1), pp. 63-83.

Galland, D., Karrison, J. and Tewder-Jones, M. (2020) What Is Metropolitan Planning and Governance for? In Zimmermann, K., Galland, D. and Harrison, J. (Eds.) Metropolitan Regions, Planning and Governance, Springer, Nova Iorque.

Galland, D. and Chettiparamb, A. (2020) Enhancing Quality in Planning Education Across Europe: Towards an Ethos of Sharing and Mutual Learning in AESOP Quality Recognition, disP - The Planning Review, 56:4, 140-147.

Gilliard, L., Alaily-Mattar, N. and Thierstein, A. (2021) Addressing the interplay of design-based disciplines and social sciences in urban development education in Frank, A. and Rosa Pires, A. (eds) Teaching Urban and Regional Planning. Innovative Pedagogies in Practice, Edward Elgar, Reino Unido, pp. 157-173.

Giroux, H. A. (2010) Bare pedagogy and the scourge of neoliberalism: Rethinking higher education as a democratic public sphere. The Educational Forum 74(3):184–196.

Kallus, R. (2021) Planning with the community: engaged professional education in ethno-nationally contested city , in Frank, A. and Rosa Pires, A. (eds) Teaching Urban and Regional Planning. Innovative Pedagogies in Practice, Edward Elgar, Reino Unido, pp. 74-93.

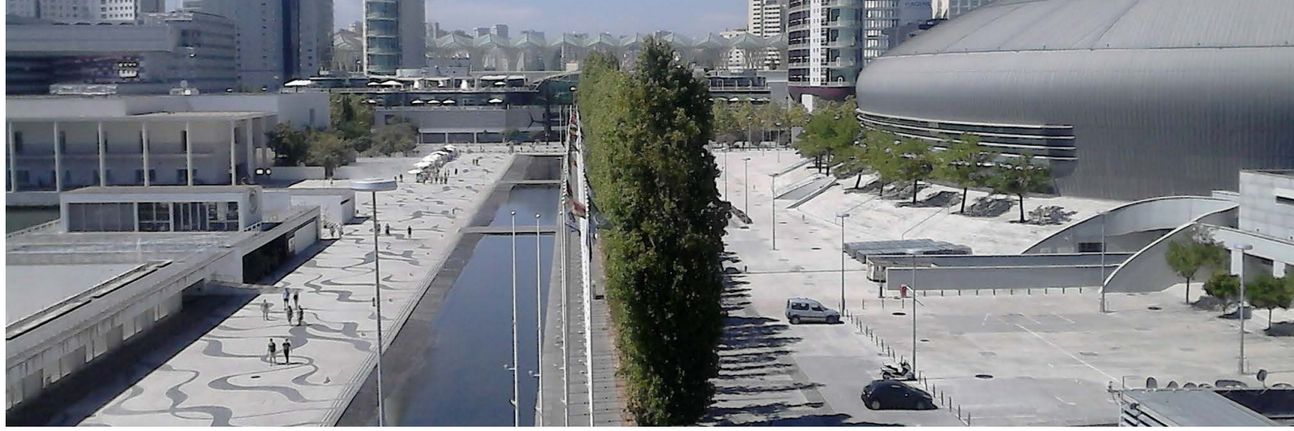
Lamb, T. and Vodicka, G. (2021) Education for 21st century urban and spatial planning: critical postmodern pedagogies, in Frank, A. and Rosa Pires, A. (eds) Teaching Urban and Regional Planning. Innovative Pedagogies in Practice, Edward Elgar, Reino Unido, pp. 20-38.

Paes Mamede, R. e Adão e Silva, P (Coordenadores) (2019) Estado da Nação e As Políticas Públicas: Menos Reformas, Melhores Políticas, IPPS-ISCTE (Instituto para as Políticas Públicas e Sociais), Lisboa, Portugal.

Rafferty, G., Concilio, G., Mota,J. C., Nogueira, F., Puerari, E. and O'Kane, L. (2021) Collaborative and innovative participatory planning pedagogies: reflections from the Community Participation in Planning project in Frank, A. and Rosa Pires, A. (eds) Teaching Urban and Regional Planning. Innovative Pedagogies in Practice, Edward Elgar, Reino Unido, pp. 125-140.

Tribunal de Contas (2019) Auditoria ao Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação, Relatório nº 19, Tribunal de Contas, Lisboa Portugal.

Vivant, E. (2021) Challenges in education of participatory planning: collaborating with patients and physicians to plan mental health facilities, in Frank, A. and Rosa Pires, A. (eds) Teaching Urban and Regional Planning. Innovative Pedagogies in Practice, Edward Elgar, Reino Unido, pp. 94-107.



Carlos Gonçalves

[Geógrafo, Urbanista]

QUATRO IDEIAS PARA O ENSINO DE GEOCAPACIDADES

No passado dia 23 de novembro a Associação Portuguesa de Urbanistas em colaboração com o a Universidade de Aveiro integrei um grupo (Artur Rosa Pires, Celso Braz, Fernando Nogueira, João Marques, Sara Pires) que se ocupou com a organização um encontro sob o mote "*Conversas com o Território*" a que atribuímos um subtítulo mais delimitador do âmbito "*As transformações aceleradas dos territórios e os desafios para o ensino do planeamento*".

Ficamos gratos por termos podido contar com as reflexões dos representantes das Escolas onde, em Portugal, se ensina urbanismo. Foi gratificante participar na organização desta Conversa, na sua moderação e acima de tudo, assistir à troca de ideias (informadas, serenas, construtivas e mobilizadoras) entre os elementos do painel sobre os dois assuntos colocados em "cima da mesa, do Zoom".

> 1º assunto: Quais são os desafios mais marcantes para os profissionais de Urbanismo na próxima década e, nessa perspectiva, que saberes e competências fundamentais deverão ser exigidas a um profissional em início de carreira?
>
> 2º assunto: Que alterações se afiguram indispensáveis nos programas de formação em urbanismo, quer a nível de áreas de conhecimento quer a nível pedagógico e em que medida exigirão uma nova relação entre ensino, investigação e sociedade?

A primeira e última condição era que esta Conversa não fosse nunca um encontro de encerramento de alguma coisa que se quisesse concretizar. Pretendia-se, pelo contrário, criar condições para enraizar o debate e para o dotar de uma "caixa de ferramentas" prepositivas que impelisse continuidade e que produzisse, ciclicamente, consequências.

Nesta breve reflexão, pretendo fazer uso dos trabalhos de David Lambert (Lambert, 2009), (Lambert, 2018), (Lambert, 2019), de Michael Young (Young, 2019) e de Alaric Maud (Maude, 2020) para apresentar quatro ideias que remam no sentido de que o ensino da Geografia pode desenvolver geoCapacidades. Desta forma pretendo acrescentar um contributo para dar continuidade ao segundo assunto em debate, acrescentando esta "ferramenta" a esta "caixa" que se pretende, sempre aberta.

1ª ideia: a Geografia não vive uma crise de identidade

Pelo contrário, a Geografia é uma disciplina que ganha significado num contexto em que os jovens crescem rodeados por mudanças aceleradas que desfocam a leitura do mundo que os rodeia e que inviabiliza a sua contextualização em escalas (de tempo e de espaço) mais amplas. Esta realidade desafia os professores a posicionarem-se bastante para além da condição de meros seguidores de instruções. Cabe-lhe a missão de serem autores dos programas a partir dos quais ensinam Geografia. Cabe-lhes a missão de descobrir as dimensões teóricas e práticas desta área de conhecimento que, quando apreendidas pelos alunos, lhes confere poderes. O papel do professor, o seu envolvimento, o seu compromisso com a disciplina e com o que pretende ensinar, assumem uma importância crucial na medida em que pode ampliar os poderes que transfere para os seus alunos.

2ª ideia: o conhecimento disciplinar não é coisa do passado

A educação tem um valor intrínseco. Ser educado não

corresponde a ter chegado a um qualquer patamar, pressupõem que se adotou um processo aberto e permeável ao que é novo ao que é diferente, ao que admite a dúvida através do qual se adensa gradualmente a compreensão do mundo. Contrapõe-se assim o foco na criação de aptidões técnicas eficientes e eficazes que habilitam os alunos para executar tarefas. Seguindo por esta via, o professor tem o papel de formador que segue um guião, treina e atesta que os alunos estão aptos a serem executores de protocolos, limitando tanto o âmbito como alcance da sua missão, bem assim, as capacidades dos jovens para explorar, em pleno, o seu potencial transformador. O conhecimento que confere poder, quando apreendido pelo professor e pelo aluno, está carregado de camadas profundas produtoras de ganhos mais substanciais, porquanto diferidos no tempo longo.

3ª ideia: é necessário construir o programas explorando a Geografia vivida

Aproximando os programas de ensino da Geografia do espaço de vida quotidiana dos jovens, dando liberdade aos professores para explorar todas as componentes da sua inserção e do seu enquadramento local, é uma forma de decidir sobre o que é relevante e útil ensinar. Este esforço de encontro entre o programa, os interesses e as motivações dos jovens deve acompanhar os desenvolvimentos da pedagogia e as mutações operadas nas formas como os alunos aprendem. Abrem-se possibilidades para gerar espaços de encontro e de aprendizagem, de discussão e de debate, sendo estes os recursos essenciais do pensamento geográfico, inseparáveis dos processos de análise, interpretação, avaliação, síntese, negociação e decisão. Assim se concretiza um objetivo do ensino da Geografia: conferir um sentido ao mundo que rodeia os alunos a partir da confluência estruturada de múltiplas experiências subjetivas.

Explorando a Geografia vivida, o professor orienta os alunos na sua busca de resposta para:

- **Conferir identidade local e global**: quem sou eu? De onde venho? Que é a minha família? Qual é a minha história? Quem são as pessoas que me rodeiam? De onde vêm as pessoas que me rodeiam? Qual é a história das pessoas que me rodeiam?

- **Posicionar o seu lugar no mundo:** onde vivo? Quais são as características do lugar onde eu vivo? O que sinto relativamente às características do lugar onde vivo? Como é que estes atributos evoluem? Qual é a minha opinião sobre a forma como deveriam evoluir?

- **Reconhecer as dimensões físicas mundo:** de que é feito o meu lugar? De que é feito o mundo? O que confere movimento aos elementos físicos? Qual o futuro dessas dimensões físicas?

- **Reconhecer as dimensões humanas do mundo:** quem decido quem tem direito a quê, onde e porquê? O que é uma distribuição justa? Como lidar com opiniões diferentes e, não raras vezes, conflituosas?

O ensino da Geografia vivida mobiliza a Geografia dos jovens para descobrir uma disciplina envolvente, muito distante da técnica de descrever, selecionar e catalogar o mundo. Propõem uma lente para observar, construir e intervir no território que parte das experiências dos jovens, convoca o passado para conferir sentido ao futuro, enraíza-se localmente para daí formar o mecanismo de "*zoom in*" e "*zoom out*" que enquadra o lugar (o espaço de vida do indivíduo) na região e no mundo, procura as combinações de razões (biofísicas, sociais, económicas, políticas) que alteram o ambiente e que desafiam o sentido crítico, indispensáveis para entender fenómenos complexos (lugar, espaço, ambiente, interconexão).

4ª ideia: é preciso posicionar a capacitação no centro dos programas de ensino de Geografia

A abordagem que Amartya Sen e Martha Nussbaum (um economista e uma filósofa) aplicou à economia do desenvolvimento, deu relevo às condições de acesso justo ao exercício pleno das liberdades substanciais potenciadas pela educação, como sejam: imaginar, pensar, planear, decidir sobre a sua vida, estabelecer ligações significativas e empáticas com os outros (com a comunidade local, global), ser um elemento ativo (participação politica, liberdade e capacidade de ter e de exprimir a sua opinião e de se associar a outros para a defender) na construção de territórios. Nesta perspetiva, a pobreza, por exemplo, não é só uma questão de privação material, esta condição é acima de tudo uma impedância à liberdade de escolha, coarta oportunidades.

A capacitação dos jovens através dos programas de ensino da Geografia deve centrar-se no esforço para desenvolver liberdades individuais (conhecer o sentido dos direitos e da autonomia), possibilidades de escolha sobre a forma como decidem viver (conhecer o sentido da cidadania e da responsabilidade), como exercer sentido crítico (ponderando sempre as alternativas disponíveis), criativo e produtivo quando interagem na sociedade do conhecimento (adotar um posicionamento face à economia, à cultura, à política, à ética, à estética).

Em síntese

Em última análise, tal como defende Young (2009), este tipo de conhecimento confere autoridade, sentido de liberdade e provoca empolgamento, envolvimento. Permite descobrir novas formas de pensar, explicar e entender melhor as interações entre o mundo social e o



natural, pensar futuros alternativos e influenciar as formas de os alcançar, ter recursos para participar nos debates significativos e ultrapassar os limites da experiência individual. Em sintese, o poder do conhecimento geográfico faz-se notar em quem o aprende, através de meios intelectuais que estruturam o pensamento, permitem explicar, prever e conceber alternativas. Capacitam para planear.

Para desenvolver geoCapacidades os programas têm que ser preparados para transferir para os jovens o poder de: i. pensar em alternativas; ii) fazer generalizações ponderadas e pensar para além de contextos ou situações particulares (Maude, 2020). Estas condições que conferem poder ao conhecimento geográfico pressupõem o treino de uma forma de observar e de pensar que assenta numa seleção de conceitos-chave (lugar, espaço, ambiente, interconexão) pertencentes à "gramática" disciplinar da Geografia. Alguns desses conceitos são concretos (subúrbio, clima), outros são mais abstratos e referem-se a processos (urbanização, erosão) outros ainda são mais abstratos (lugar, espaço). O domínio de cada um deles pode empoderar os alunos, contudo de maneira diferente. Uma forma de concretizar o poder de pensar em alternativas decorre da possibilidade de observar o mundo como objeto de reflexão e de pensamento em vez de observar o mundo apenas como um palco de experiências.

Maude (2020) refere a cidade como exemplo. Enquanto objeto de estudo, os alunos aprendem que a cidade é um sistema de funções (comércio, produções, habitação, lazer, etc.) e não apenas as lojas ou a fábricas que eles conhecem através da sua experiência. A compreensão desse sistema de funções cria capacitações para pensar a cidade de forma diferente e para aplicar esses conhecimentos a outros lugares (a outras cidades) que não estão ao alcance da sua experiência direta. O poder deste conhecimento decorre do facto de não ser limitado a um contexto específico, ele pode ser transferido para situações que extravasam os limites da experiência do aluno. Abrem, por isso, os seus horizontes.

Referências bibliográficas:

Lambert, D. (2009). Geography in Education Lost in Post? In Institut of Education University of London.

Lambert, D. (2018). Geography, capabilities and the educated person. In E. Shin & S. Bednarz (Eds.), Spatial Citizenship Education Citizenship through Geography (1a, Vol. 4, pp. 9–15). Routledge.

Lambert, D. (2019). On the knotty question of 'Recontextualising' geography. International Research in Geographical and Environmental Education, 28(4), 257–261. https://doi.org/10.1080/10382046.2019.1657687

Maude, A. (2018). Geography and powerful knowledge: a contribution to the debate. International Research in Geographical and Environmental Education, 27(2), 179–190. https://doi.org/10.1080/10382046.2017.1320899

Maude, A. (2020). The role of geography's concepts and powerful knowledge in a future 3 curriculum. International Research in Geographical and Environmental Education, 29(3), 232–243. https://doi.org/10.1080/10382046.2020.1749771

Young, M. (2019). Knowledge, power and powerful knowledge re-visited. The Curriculum Journal, 14.



Fernando Nogueira

[Prof. Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território; Diretor do Mestrado em Planeamento Regional e Urbano da Universidade de Aveiro]

CONVERSAS SOBRE O TERRITÓRIO

Contributos para um debate em curso

1. Introdução

Este texto é uma súmula do debate que decorreu entre as escolas com formação em urbanismo*, no âmbito da Conferência Internacional "Comunidades e Redes para a Inovação Territorial - CeNTER" e, por associação, da V Conferência de Planeamento Regional e Urbano, realizadas pelo Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro, entre os dias 23 e 25 de novembro de 2020. O debate foi uma iniciativa conjunta da Associação Portuguesa de Urbanistas (APU) e da escola de Aveiro, com o intuito de aprofundar o debate iniciado em novembro de 2019, no Congresso de Urbanistas, em Coimbra, sobre os temas da formação e do exercício profissional em urbanismo, em Portugal. A APU atuou, aqui, como elemento agregador, pela sua equidistância às diversas escolas, e enquanto agente catalisador de um (continuado) debate que vem promovendo, com o intuito de fortalecer os referenciais relativos: i) à produção e partilha de conhecimento e de aprendizagens em planeamento/urbanismo (PU); ii) à transformação das relações entre a produção de saber, as formações e as aprendizagens e, em conformidade, também das competências técnicas e profissionais; iii) às relações entre os diferentes profissionais que atuam na área do PU e destes, em conjunto, com a sociedade, em geral.

Este debate foi orientado para a reflexão em torno das duas questões seguintes: i) Quais são os desafios mais marcantes para os profissionais de PU na próxima década e que saberes e competências fundamentais deverão ser exigidas a um profissional em início de carreira? ii) Que alterações se afiguram indispensáveis nos programas de formação de PU, quer a nível de áreas de conhecimento, quer a nível pedagógico e em que medida exigirão uma nova relação entre ensino, investigação e sociedade? Na secção seguinte, procura-se organizar os interessantes contributos que, com base nestas perguntas, foram adiantados pelos intervenientes.

2. Contributos para o debate

Sem identificar, numa base individual, as opiniões dos intervenientes, procurou-se realizar uma síntese dos contributos. Como se reconhece, as questões enumeradas são distintas, mas estão muito inter-relacionadas. Face aos limites ténues, e algumas vezes extravasados, das reflexões, e à necessidade de tornar esta síntese mais eficaz, definiram-se três áreas temáticas para organizar os contributos relativos à primeira das questões, designadamente: A - Complexidade; B - Comunicação, Diálogo e Partilha; C - Agenda: Urgência e Relevância. Obviamente, também estas têm margens de sobreposição, mas oferecem a possibilidade de alguma sistematização.

A. Complexidade: O espaço de ação do urbanista é hoje mais diverso, a esfera pública tem mais vozes e está mais fragmentada e a esfera profissional está mais povoada. O espaço passou de, simplesmente, geográfico a sociocultural e político (das redes de poder), a esfera pública tem interesses mais diversificados e está mais vociferante; é mais vincadamente multicultural e multigeracional e também as clivagens nas preferências, interesses e opiniões produzem mais antagonismos. Na esfera profissional, a complexidade da agenda exige o envolvimento de muitos outros profissionais, porque se alargou o âmbito do PU, mas é também inequívoca a maior importância que a relação com a sociedade passou a assumir, não como recetáculo, mas como interveniente na formação das propostas, ao mesmo tempo que esta imersão em contexto suscita a exploração de outras formas de chegar ao conhecimento e de adquirir competências que sejam úteis à resolução dos problemas, que são distintas da transmissão de conteúdos e da ilustração das práticas. As competências são diferentes e parecem exigir que, na formação do futuro profissional, olhemos, com redobrada atenção, para:

- necessidade de estimular o estudante a aprender a confrontar-se e a lidar com situações de antagonismo e diferenças de entendimento, quer sobre o presente, quer sobre o futuro, promovendo a sua auto-reflexão sobre a raiz das suas opiniões e posições (nos seus valores, convicções e perceções) para melhor interpretar as dos outros e, assim superar as dificuldades que podem ser colocadas pela falta de empatia com os demais (comunidades, técnicos, políticos);

- reforçar, na formação, a reflexão sobre as próprias dinâmicas de transformação da sociedade, do global para o local, e promover a ideia de que a aprendizagem por absorção de conhecimento (substantivo) é insuficiente, porque não permite apreender essas mudanças nem interpretar os seus impactos nas situações específicas de contexto, e para os agentes num dado território;

- não obstante as competências essenciais terem deixado de ser as de elaborar estratégias, na perspetiva da mestria/habilitação técnica individual e de comando, na (nova) lógica de aprendizagem/conhecimento partilhados não se deve descurar a aquisição de conhecimento técnico sólido em algumas áreas;

- a sociedade é mais diversa, seja localmente ou à escala global, e é exigido que o trabalho em PU seja mais inclusivo, o que requer que este seja mais detalhado para abarcar essa diversidade, que é inter/multicultural, mas também inter/multigeracional, para responder às necessidades e aspirações de todos;

- a multiculturalidade também se reflete dentro das escolas. Há uma procura crescente do nosso país por parte de alunos internacionais e a formação em PU, também no que se refere à aprendizagem dos contextos, não deve estar confinada ao pensamento sobre o mercado nacional e sobre os agentes que o constituem, o que também se refletir nos conteúdos e nas condições da comunicação;

- As questões da multidisciplinaridade e da transdisciplinaridade continuam a ser muito importantes. O reconhecimento das outras dimensões do conhecimento e de outras disciplinas, e do saber técnico que elas podem introduzir, sofisticando a resposta e o tipo de soluções que podem ser encontradas, exige uma formação que permita mobilizar fronteiras e limites muito distintos.

B. Comunicação, Diálogo e Partilha: exige-se, hoje, uma prática de PU como maior proximidade à comunidade, às instituições e a outros especialistas, capaz não só de acolher e mobilizar o conhecimento destes, mas de aumentar a capacidade de os agentes interpretarem, eles próprios, a situação em que se encontram, e de traduzir as suas dificuldades e aspirações em propostas que sejam, para aqueles, legíveis e responsivas. Há uma ênfase acrescida nas competências de interação pessoal e de comunicação que suscita o seguinte conjunto de preocupações e orientações:

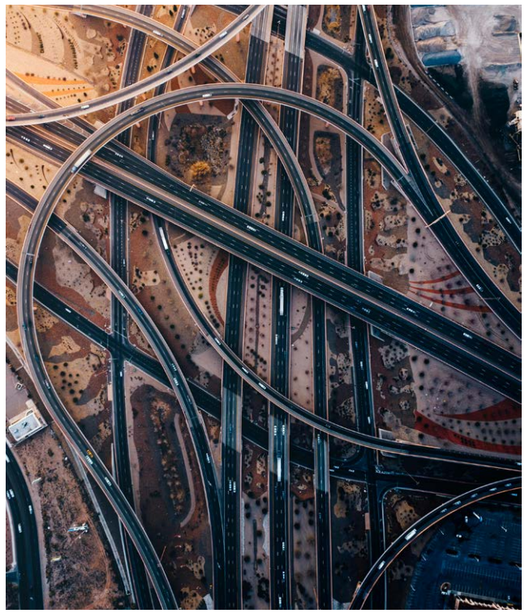
- não basta ouvir ou recolher informação relevante; é preciso criar empatia com o público, comunicar com este de uma forma próxima e devolver-lhe os resultados do trabalho, num formato e numa linguagem que ele entenda;

- para que o trabalho de PU seja relevante exige-se uma maior explicitação da validade das alternativas em jogo em termos da sua utilidade social, medida e traduzida em impactos e benefícios reconhecíveis pelos interessados e interlocutores, no processo, o que pode exigir um investimento noutras competências técnicas e ferramentas (aquisição de dados, tratamento e comunicação da informação);

- por extensão da ideia de que o profissional de PU não é o autor individual do plano/estratégia, é preciso reforçar as competências de facilitação e mediação, de tal forma que os contributos dos outros se tornem visíveis e sejam influentes no resultado, não só durante a elaboração, mas também na gestão dos planos e das propostas.

C. Agenda: Urgência e Relevância – Reconhecer a complexificação da agenda de intervenção em PU e o ritmo a que as transformações desta ocorrem, implica reequacionar o posicionamento dos profissionais e das formações em PU, não só quanto à forma como se faz a incorporação de novos assuntos na agenda, como na atitude interpretativa dos desafios que esta mudança provoca, no que concerne os seus possíveis contributos e à relevância destes perante a acuidade dos problemas emergentes.

- entre os temas associados à complexificação da



agenda de PU, ganharam proeminência, no debatee, os seguintes: alterações climáticas, desigualdade (transição justa), circularidade, saúde, trabalho/ emprego. O surgimento de novos temas na agenda de PU não é de agora, mas o ritmo a que atualmente ocorrem suscitou as seguintes linhas de reflexão:

• a necessidade de permitir formar, no profissional de PU, uma visão contrabalançada entre os fatores de mudança, induzidos pelas alterações na agenda e pelas mudanças de perceção social, e o que permanece, sejam elas questões físicas, de atitudes ou de valores, porque é estas que se constroem a resiliência, o sentido de comunidade e de identidade, que são essenciais para enfrentar as incertezas do futuro;

• os contributos que o PU pode ter relativamente a alguns destes desafios tem, nalguns casos, sido subestimados, e deviam ser mais seriamente tratados nas nossas profissões. Por exemplo, no caso da organização espacial das transformações do emprego e do trabalho e, em particular, das alterações climáticas, aspeto que se considerou ser premente passar a constar, de forma inequívoca, entre os saberes e as competências que devemos garantir ao profissional em início de carreira;

• existe uma tensão, resultante do alargamento da agenda em PU, que se reflete no perfil formativo. Tem de haver um balanço entre o "esticar" do conteúdo formativo e a capacidade de resposta a problemas fora do espetro temático que é possível acomodar, de onde decorrem duas implicações: aumentar a capacidade de interação com especialistas de outras áreas, com implicações nas competências ligadas à comunicação e de aproximação à linguagem técnica dos outros; necessariamente, terá de haver especializações em alguns temas, dando origem a formações de complementaridade ao PU, que poderão e deverão surgir, com vigor.

• há uma certa desadequação de contexto, decorrente das conceções e instrumentos do sistema de PU, e a urgência com que os problemas se colocam, que requer uma reflexão mais ampla sobre a forma como: lidamos com níveis crescentes de informalidade, que têm permitindo operacionalizar soluções em PU, e o conflito (e a frustração) que resulta da inoperância dos instrumentos e conceções do sistema e do tempo que leva a alterá-los; estimulamos, nos estudantes, a capacidade de explorar oportunidades, dentro desse sistema, para responder à urgência dos problemas, mas também promovemos as competências para gerirem os conflitos que a referida inoperância, certamente, produzirá na sua relação com a sociedade.

Relativamente à segunda questão - Que alterações se afiguram indispensáveis nos programas de formação de urbanismo, quer a nível de áreas de conhecimento, quer a nível pedagógico e em que medida exigirão uma nova relação entre ensino, investigação e sociedade? – as áreas temáticas que organizam os contributos são: A - O aluno no centro da aprendizagem; B – Aprendizagens por aproximação ao real.

A - O aluno no centro da aprendizagem: é necessário reforçar a proximidade, ultrapassando a lógica de transmissão de conhecimento a uma plateia anónima, ligando a investigação e extensão ao trabalho com os estudantes, mas também valorizando outras dimensões de aprendizagem pessoal, fora da esfera da universidade e da (simples) aquisição de conhecimento técnico e científico. Esta maior aproximação ao estudante exige:

• seguimento dos estudantes numa base mais individualizada, retirando da proximidade com ele uma mais valia, em particular no seu desenvolvimento e transformação pessoais: ajudando-o a refletir sobre a formação (e transformação) das suas próprias opiniões e valores e sobre a forma como os gere no contacto com os outros, valorizando a sua vivência pessoal e social enquanto fontes de ensinamentos para formação de competências úteis à sua prática profissional futura, por lhe proporcionam, por ilustração, autonomia de aprendizagem (reflexiva) face a novos desafios. Isto exige que o professor tenha uma atitude de suporte na exploração das ligações entre estas aprendizagens (que não são óbvias, tendem a ser separadas e são pouco valorizadas);

• procurar coordenar as exigências colocadas pelas diferentes matérias: evitando a segmentação das componentes de ensino (teórico e prático); promovendo a coordenação transversal/temática entre as unidades formativas, numa lógica de projeto - complementam-se interesses, dimensões da aprendizagem, assuntos e competências - evitando a carga adicional de esforços resultante da introdução a problemas diferentes em cada uma (o que exige maior coordenação entre os docentes); ligar mais o trabalho de investigação e de extensão do docente às aulas e às aprendizagens enriquece o contexto de aprendizagem.

• acompanhar e trazer para os programas formativos o conhecimento que está a ser produzido é importante, mas é-o, igualmente, alertar para a necessidade/consciência de "aprender sempre", com duas implicações para o futuro profissional: estar preparado para pensar e atuar, encontrando as ferramentas adequadas em função do contexto e da mudança dos problemas; ter a noção de que a sua função deve ser eficaz e duradora e, por isso, se deve questionar sobre os resultados e impactos que a sua atividade produz num contexto que é sempre de imprevisibilidade quanto ao futuro;

B – Aprendizagens por aproximação ao real: valorizaram-se as dimensões que permitem aprendizagens pela ligação ao contexto real de trabalho, estimulando o "aprender-fazendo", permitindo a imersão do estudante em contexto, mediante problemas concretos, e em interação com a comunidade e as instituições, as quais:

• facilitam a aquisição de competências de interação, comunicação e diálogo, uma perceção mais imediata das dimensões de conhecimento envolvidas, daquelas que tem e das que precisa de mobilizar (por aprendizagem autónoma ou por procura nos saberes e competências de outros), e a oportunidade de ver confrontados e avaliados os resultados do seu trabalho pelas comunidades de "destino";

• suscitam uma maior integração dos alunos nos trabalhos de investigação e de extensão dos docentes, a procura de projetos e de comunidades de prática ou, ainda, a possibilidade de haver estágios intermédios na formação com tutorias externas, o que coloca desafios acrescidos aos professores, em termos de organização e acompanhamento dos trabalhos, mas também às escolas, enquanto instituições, por estarem pouco preparadas para a logística envolvida (convites, seguros ativos, viagens de estudo, materiais, etc., que envolvem orçamentação e maior suporte institucional);

• devem estimular o envolvimento de outros profissionais, nas suas especialidades, exigindo um maior esforço, por parte das escolas, para não só atrair essas especialistas para exercícios de aproximação à prática, facilitando a experimentação da colaboração e da interlocução, mas também, eventualmente transmitir àqueles um conjunto básico de princípios e saberes da área de PU.

Uma questão adicional, trazida pelo debate alargado, foi a da relação entre a prática em PU e a esfera da política. Sendo evidentes as dificuldades colocadas pelo afastamento dos jovens da política e a sua dificuldade em, por causa disso se posicionarem na esfera pública, sugere-se a utilidade de aproximar os estudantes dos políticos, trazendo-os a contexto formativo, para ouvir o seu pensamento crítico sobre o trabalho que os estudantes fazem. A outro nível, as competências de PU são muitas vezes mobilizadas pelos políticos de forma instrumental e há que aprofundar, entre as escolas ou no âmbito da APU, formas de demonstrar dimensões adicionais de relevância e utilidade, junto dos políticos, e procurar aproximar estes mundos aparentemente em crescente divergência;

Finalmente, ficou patente, no encontro, a necessidade de maior debate sobre as alterações que frequentemente ocorrem na formação e na prática do PU, mas também de maiores entendimentos, e esforços coordenados, entre as escolas, na promoção da visibilidade e na demonstração da relevância desta formação, para os que se formam e, de uma maneira geral, para a sociedade. Houve uma generalizada adesão à ideia de trabalhar em rede, em iniciativas de natureza diversa que venham a ser suscitadas numa dinâmica de colaboração entre as escolas e a APU e que dê sequência ao debate que se tem vindo a promover e aprofundar.

*Escolas de PU e participantes: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto - Prof. Teresa Cálix; Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto - Prof. Paulo Pinho; Universidade de Aveiro - Prof. Rosa Pires; Instituto Politécnico de Coimbra - Prof. Carlos Veiga; Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa - Prof. Eduarda Marques da Costa; Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa - Prof. Luís Sanches; Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia - Prof. Diogo Mateus



Maria Teresa Craveiro[1]

[Geógrafa Urbanista]

NOVOS / VELHOS DESAFIOS DO PLANEAMENTO URBANO SUSTENTÁVEL EM LISBOA

– HABITAÇÃO E HABITAT –

"O Planeamento implica duas condições a observar generalizadamente: a primeira é a não aceitação dos espaços esquecidos, não considerados. O território apresenta uma continuidade que deve ser respeitada ... Também o Planeamento exige que o seu processo tenha continuidade no tempo. Não são admissíveis intervalos, interrupções"[2].

PROGRAMA LOCAL DE HABITAÇÃO (PLH) – Em Portugal o Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, ao lançar o Plano Estratégico de Habitação (PEH) 2008-2013, instrumento de enquadramento nacional, incorporou uma medida de acção a executar pelo Poder Local – O Programa Local de Habitação – para aprofundar e realizar as respectivas medidas.

A primeira experiência de elaboração de um Programa Local de Habitação foi desenvolvida pelo Município de Lisboa, que aceitou o repto colocado pela Administração Central.

Para Lisboa, o Programa Local de Habitação não se tratou apenas, de um programa sectorial de habitação, este instrumento foi então desenvolvido incorporando o conceito de *habitat* no seu sentido mais lato, isto é, que integra 3 pilares fundamentais: a habitação, os equipamentos/ espaço público e a mobilidade, na perspectiva da qualidade de vida dos cidadãos[3]. O conceito de *habitat* veio posteriormente a ser introduzido no Artº 14 da Nova Lei de Bases da Habitação – Lei nº 83/2019 de 3 de Setembro, o que lhe confere grande importância na garantia do "Direito à Habitação". O conceito de *habitat* é entendido como ... *"O contexto territorial e social exterior à habitação, em que esta se encontra inserida, nomeadamente no que diz respeito ao espaço envolvente, às infraestruturas e equipamentos colectivos, bem como ao acesso a serviços públicos essenciais e às redes de transporte e comunicações"*[4].

O PLH teve como objectivo de topo (Re)Habitar Lisboa e foi desenvolvido com uma abordagem diversificada com recurso a larga participação das Juntas de Freguesia e dos actores da cidade, mediante workshops, consulta pública e recurso à Metodologia de Análise Multi-Critério[5], para a confirmação da Matriz Estratégica que viria a ter os seguintes 3 eixos:

1) **Melhorar a Cidade;**

   a. Melhorar a qualidade do Parque Habitacional;

   b. Melhorar a qualidade da Vida Urbana e a Coesão Territorial;

   c. Promover a Coesão Social;

2) **Atrair nova população;**

   d. Adequar a oferta à procura de Habitação;

   e. Poupar Recursos;

3) **Passar da crise à oportunidade;**

   f. Dar prioridade à Reabilitação;

   g. Garantir os Solos necessários para re(habitar) Lisboa;

   h. Promover a administração aberta.

Refira-se o recurso a uma larga participação da população em sessões públicas e mecanismos de Consulta Pública, por forma a evoluir de uma Matriz Estratégica Preliminar para uma efectiva e participada Proposta Estratégica do PLH.

Salienta-se que este instrumento definidor de políticas habitacionais, para a Cidade de Lisboa, recorreu a metodologias e ferramentas de planeamento estratégico, permitindo exercer uma governação participada, nalguns casos com carácter propositivo[6] .

Ultrapassou-se assim o carácter redutor do "alojamento", originando a aprovação de diversas Cartas de Equipamentos de Proximidade, já referidas nos Cadernos de Urbanismo da Associação Portuguesa de Urbanistas[7], contribuindo para operacionalizar o conceito de "*habitat*", na cidade de Lisboa, dando origem à melhoria da sua equidade territorial e à qualidade de vida urbana dos seus residentes.

Foram vários os documentos importantes aprovados pela CML no âmbito do PLH, com especial destaque para as seguintes propostas:

> Proposta 619/2009 – Re-Habitar Lisboa - *Proposta Estratégica do Programa Local de Habitação de Lisboa – resultou das alterações propostas à Matriz Estratégica, após consulta pública. Foi aprovada pela CML em 22 de Julho e rejeitada pela Assembleia Municipal, dada a proximidade das eleições, em 15 de Setembro. Foi retomada na Proposta nº 1115/2009, que determina os objectivos do Programa Local de Habitação. Já no mandato seguinte, em Novembro de 2009, e depois pela Assembleia Municipal em Janeiro de 2010.*

A Criação da Equipa de Projecto do Programa Local de Habitação permitiu operacionalizar o PLH[8].

Os programas e projectos "nascidos" do PLH, que foram priorizados e desenvolvidos no âmbito do Pelouro da Habitação, deram fundamentalmente cumprimento ao objectivo de promover uma Administração Aberta, tendo sido revisto e criado um novo Quadro Regulamentar[9] de acesso à Habitação Municipal, com a revisão de dois regulamentos e a criação de cinco novos regulamentos para a gestão do Parque Habitacional do Município de Lisboa então, com cerca de 26.000 fogos.

Estas regras, mais simples e mais claras vieram dar à governação municipal uma forte transparência do processo de acesso à habitação perante as comunidades existentes e as demandas de novos residentes, que permitiram atrair para Lisboa, população de fora da Cidade, impedindo, e bem, eventuais processos discricionários e de "invasão" que até então eram recorrentes.

No que diz respeito ao Objectivo nº 1 do PLH – "Melhorar a Cidade" e aos seus sub-objectivos, "Melhorar a Qualidade Urbana" e "Promover e Coesão Social e Territorial" foi criado o Programa de Acção 5.1 – Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP).

Um dos principais projectos do PLH resultou dum "olhar" e da avaliação dos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa, o que permitiu incluí-los na gestão do território da cidade, numa perspectiva de inclusão social tendente a ultrapassar a designação de "bairros críticos" e a fomentar o seu desenvolvimento local. Com efeito, o conceito e a metodologia de intervenção nestes Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP-ZIP) inspirou-se na Resolução do Conselho de Ministros 143/2005, de 7 de Setembro, que aprovou a Iniciativa "Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos", consideradas decisivas na Política de Cidades. Nasceram de uma parceria feita localmente (populações e municípios) visando a mudança significativa desses territórios, com enquadramento interministerial e dando origem a algumas mudanças socio-urbanísticas (*habitat*) significativas nos mesmos, ou seja, no Vale da Amoreira, na Cova da Moura e no Bairro do Lagarteiro, mas que não chegaram a um resultado global de requalificação urbana

No caso da cidade de Lisboa, surgem a Carta e o Programa dos BIP-ZIP (Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa) mostrando onde se acentuavam (e, infelizmente, ainda persistem nalguns casos) o parque habitacional degradado, os espaços urbanos abandonados e as carências sociais que contribuem para as más condições de vida dos Cidadãos.

O PLH assumiu assim a designação de "Bairro ou Zona de Intervenção Prioritária" para intervir, tendo em conta a respectiva fractura sócio-territorial (correlação de indicadores) que lhe confere um grau de exclusão que o Município deve combater, no quadro de políticas de proximidade bem articuladas, com as Juntas de Freguesia e com os diversos parceiros da iniciativa local alavancada na economia local, para viabilizar respostas a situações de emergência social e urbanística, constituindo um desafio para a coesão sócio-territorial e bem-estar de toda a comunidade.

Refira-se que a designação adoptada (de Intervenção Prioritária) provocou que, no decurso da Consulta Pública, se tivesse passado de 61 Bairros ou Zonas de Intervenção Prioritária distribuídas por 33 freguesias da Cidade para cerca de 67 Bairros, por proposta dos Residentes, numa atitude de pertença e de urgência de intervenção.

A Carta dos BIP-ZIP foi aprovada pela CML e pela AML, através da Proposta 616/2010, em 17 de Novembro de 2010 e em 1 de Março de 2011, respectivamente[10].

O Programa BIP-ZIP foi objecto de uma Exposição[11] e ganhou um Prémio Internacional, enquanto boa prática de

participação cidadã[12]. Teve até 2019, 9 edições abrangendo 143.000 habitantes. Foram realizados 354 projectos e 2213 actividades que vieram a envolver 625 entidades nos 67 territórios, implicando um investimento de 14,1 milhões de Euros com verbas provenientes do Município e angariadas pelas próprias parcerias[13].

Brevemente, esperamos que as verbas europeias destinadas para as Vulnerabilidades Sociais do Plano de Recuperação e Resiliência, deste Governo, ocasionem uma nova abordagem para estes territórios, ainda carenciados e, nalguns casos, a exigirem fortes intervenções de reconversão urbanística.

Salienta-se ainda que a Política Local de Reabilitação do Património Municipal de Lisboa, do seu espaço público e da construção dos equipamentos de proximidade tem constituído um forte contributo para induzir mudanças e dar confiança ao mercado privado da reabilitação urbana, em detrimento da construção nova.

No actual PDM Lisboa, o nº 1 do Artigo 86º, refere-se que a política municipal de habitação deve estar contemplada no "Programa Local de Habitação" que fixa os objectivos plurianuais da política municipal de habitação, numa perspectiva transversal que envolve diferentes políticas municipais." No mesmo Artigo, no nº 3, considera-se a Carta dos BIP/ZIP um instrumento privilegiado para o desenvolvimento da coesão sócio-territorial nestes bairros.

Houve assim uma preocupação da articulação destes diversos instrumentos no âmbito do Plano Director Municipal em vigor.

Efectivamente, ao longo desta última década, foram implementadas pela Câmara Municipal de Lisboa diversas Políticas Habitacionais nomeadamente: Estratégia Integrada para a Qualificação do Bairro Padre Cruz e Cruz Vermelha; Eco-Bairro da Boavista Ambiente +[14]; Acupuntura Urbana – pequenas intervenções a levar a cabo pelas Juntas de Freguesia em habitações privadas com más condições de habitabilidade e cujos moradores e proprietários não apresentavam suficiente capacidade financeira; Programa de Arrendamento Apoiado; Subsídio Municipal ao Arrendamento Acessível; Nova Vida para Pátios e Vilas de Lisboa; Programa de Renda Acessível; Renda Segura (gestão do Alojamento Local pelo Município); Habitar Centro Histórico (reabilitação do património municipal com renda acessível dando prioridade aos desalojados por acções de despejo); Programa "Aqui há mais Bairro" (operação de requalificação dos Bairros Municipais com forte investimento municipal); etc.[15].

Entretanto surgiu um instrumento estruturante, a nível do Governo, que veio a ser a Estratégia Local de Habitação (ELH) prevista na Nova Geração de Políticas de Habitação do XXI Governo Constitucional[16] e onde foi criado um Programa de apoio público ao acesso à Habitação, designado: 1.º Direito[17]. As candidaturas a este programa dependiam da aprovação das ELH dos respectivos Municípios, por isso as soluções habitacionais propostas teriam de estar em concordância com as estratégias municipais e supramunicipais de política local de habitação.

A Câmara Municipal de Lisboa através da Proposta nº 268/2019 aprovada em 23 de Maio de 2019 deliberou a Estratégia Local de Habitação com a priorização das soluções habitacionais a desenvolver ao abrigo do Programa *1º Direito*, tendo por base os vários relatórios que constituíram o Programa Local de Habitação aprovado pelos órgãos competentes do Município de Lisboa com as devidas adaptações à realidade actual[18]. A Estratégia Local de Habitação para Lisboa com a identificação das intervenções foi entregue ao IHRU, para futuros financiamentos.

Para continuar a dar cumprimento ao Objectivo nº 3 do PLH e ao seu sub-objectivo*: Promover a Administração Aberta*, foi desenvolvido o Regulamento Municipal do Direito à Habitação que integrou todos os regulamentos e normas anteriores, constituindo-se num instrumento que estabelece as regras para o acesso à habitação, dando-lhe maior eficácia e ampliando os seus objectivos. Foi iniciado em 2018, aprovado pela CML com recurso à consulta pública (Julho – Setembro de 2019) através da Proposta nº 491/CM/2019, tendo merecido uma Audição Pública na Assembleia Municipal, em Setembro de 2019, recorrendo ao envolvimento de múltiplas associações do tecido associativo[19].

A nova Lei de Bases da Habitação veio criar, no Artigo 22º, nº 1 a "Carta Municipal de Habitação" (CMH), que pretende ser um instrumento municipal de planeamento e ordenamento territorial em matéria de habitação, a articular, no quadro do Plano Director Municipal (PDM) com os restantes instrumentos de gestão do território e demais estratégias aprovadas..." ou seja, irá substituir o PLH de Lisboa e à sua semelhança irá estabelecer as Políticas Municipais de Habitação e as melhorias do *Habitat* em articulação com a futura Revisão do PDM da Cidade de Lisboa.

Com efeito as diversas políticas habitacionais desenvolvidas no âmbito do PLH e da Estratégia Local de Habitação (*1º Direito*) serão integradas na Carta Municipal de Habitação da Cidade de Lisboa, cuja elaboração está a decorrer, advinda da Proposta n.º 870/2019 da CML, aprovada pela Assembleia Municipal, em Janeiro de 2020 e que virá a englobar também, estamos certos, novos programas de reabilitação do tecido urbano degradado[20].

E porque "não podem ficar "buracos" ou espaços intermédios não incluídos nos estudos de planeamento da Cidade"[21] e simultaneamente porque "Ninguém Deve Ficar Para Trás" urge agora aproveitar a oportunidade de articular os Programas Habitacionais Municipais com a Administração Central na resolução definitiva dos problemas existentes em vários Bairros, nomeadamente o Bairro da Liberdade, Portugal Novo e a Quinta do Ferro, onde se está finalmente a desenvolver uma Área de Reabilitação Urbana (ARU) seguida de uma Operação de Reabilitação Urbana Sistemática (ORU)[22]. Estas áreas apresentam-se ainda com fortes carências das suas condições de habitabilidade, do respectivo *habitat*, com défice de coesão social e que não foram resolvidas no anterior Programa Especial de Realojamento (PER)[23] em virtude da sua complexidade, advinda de alguns núcleos estarem localizados em terrenos do IRHU e outros em parcelas particulares[24]. Vão exigir intervenções urgentes, em modelos de cooperação, com carácter prioritário de requalificação do parque habitacional (nomeadamente com realojamento), melhoria do ambiente urbano e das condições sociais dos residentes.

Mais uma vez neste novo ciclo de Políticas Habitacionais, a Esperança renasce, curiosamente num contexto de grave crise sanitária e social, com a implementação do Plano de Recuperação e Resiliência, onde no *Bloco das Vulnerabilidades Sociais* surgem identificadas intervenções para além do *Serviço Nacional de Saúde, a Habitação e as Respostas Sociais* que irão ser suportadas pelo Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, articulando os Programas Municipais de acesso à Habitação e os diversos Programas promovidos pela Administração Pública Central através do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

Urge operacionalizar na cidade de Lisboa, em articulação com a Área Metropolitana de Lisboa e no restante país, as intervenções nos territórios onde existam graves carências habitacionais e problemáticas do respectivo *habitat* ainda por resolver, dando assim cumprimento ao Artigo 65º da Constituição.

Na Cidade de Lisboa e voltando ao pensamento inicial do Professor Costa Lobo podemos concluir que com um Planeamento, mesmo aparentemente Sectorial (Habitação), pode-se cumprir uma intervenção global a nível do território (com intervenções sucessivas quer nas temáticas da habitação quer nos Bairros e respectivo *habitat*[25]) exigindo tão só uma continuidade no tempo, com a monitorização das políticas e maior oferta de habitação pública, para resolução das problemáticas encontradas, nomeadamente com a "*turisficação*" da Cidade nos últimos anos.

---

1. Com um agradecimento à anterior Equipa do PLH que sempre aderiu a experimentar e a construir a "transdisciplinaridade". Esta Equipa da CML foi constituída em Maio 2011 (Boletim Municipal Nº 900) sob a coordenação política da Arqtª. Helena Roseta e continuada pela Vereadora Paula Marques.

2. "Costa-Lobo, Manuel, "Planeamento Regional e Urbano", Universidade Aberta, 1999.

3. Craveiro, Maria Teresa, "Espaço e Poder: O Programa Local de Habitação em Acção", Palcos da Arquitectura- Academia das Escolas de Arquitectura e Urbanismo de Língua Portuguesa, 2012.

4. Nova Lei de Bases da Habitação, Lei nº 83/2019 de 3/Setembro, que entrou em vigor a partir de 1/Outubro e que mereceu um grande debate parlamentar.

5. Bana e Costa, Carlos e Craveiro, Maria Teresa et al, "Avaliação Multi-Critério na elaboração da Matriz Estratégica do Programa Local da Habitação de Lisboa", Porto Alegre, Brasil, FIHUOT, 14-17 Novembro 2010.

6. Craveiro, Maria Teresa; Nunes da Silva, Fernando (2000), "Participação Pública na Operacionalização do Planeamento Municipal", Urbanismo" nº 6, Revista da Associação dos Urbanistas Portugueses, Ano 2.

7. Cadernos de Urbanismo, 2019, Artigo: "Novos/Velhos desafios do Planeamento Estratégico: Cartas de Equipamentos de proximidade" de Maria Teresa Craveiro.

8. Proposta 253/2011.

9. Publicação dos Regulamentos Municipais: A – Boletim Municipal nº 786, 3º suplemento, 6 de Novembro de 2008; B- Boletim Municipal nº 814, 1º suplemento 24 de Setembro de 2009; C – Boletim Municipal nº 930, 2º suplemento, 15 de Dezembro de 2011; D – Boletim Municipal nº 930, 1º suplemento, 15 de Dezembro de 2011; E – Boletim Municipal nº 937, 2º suplemento, 2 de Fevereiro de 2012; F – Boletim Municipal nº 939, 16 de Fevereiro de 2012; G – Boletim Municipal nº 943, 1º suplemento, 15 de Março de 2012.

10. Os documentos produzidos para a elaboração da Carta dos BIP-ZIP ("Metodologia de identificação e construção da Carta dos BIP-ZIP", "Relatório da Consulta Pública sobre a Carta dos BIPZIP" e "Estimativa de população residente por BIP/ZIP em 2010" podem ser consultados no site do PLH, em http://habitacao.cm-lisboa.pt

11. "Dentro de Ti Ó Cidade" – Energia BIP-ZIP, Catálogo MUDE, CML, Pelouro da Habitação, 2013.

12. A CML venceu o 7º Concurso do Observatório Internacional da Democracia Participativa, em 2013 - https://www.ces.uc.pt/projectos/pis/?p=730

13. http://bipzip.cm-lisboa.pt/

14. https://lisboaenova.org/eco-bairro-boavista-ambiente/

15. https://www.lisboa.pt/cidade/habitacao/programas

16. Aprovado pela RCM nº 50-A/2018 de 2 de Maio.

17. Decreto-Lei nº 37/2018 de 4 de Janeiro e respectiva Portaria nº 230/2018 de 17 de Agosto.

18. Proposta 329/AML, 2019, Boletim Municipal – BM 1327 de 25/07/2019.

19. Publicação Boletim Municipal 1297 de 18/Outubro.

20. O Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) suspendeu os programas de reabilitação de imóveis dos proprietários privados (RECRIPH), inquilinos e municípios (RECRIA e REHABITA).

21. Costa-Lobo, Manuel, "Planeamento Regional e Urbano", Universidade Aberta, 1999.

22. Proposta CML nº 637/2020 de 12/Novembro.

23. O Programa PER visou proporcionar aos Municípios condições de proceder à erradicação de Barracas existentes e ao, consequente, realojamento dos seus ocupantes em habitações de custos controlados, para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto - DL nº 163/93 de 7 de Maio, com a última alteração através do DL nº 271/2003 de 28/Outubro).

24. Costa, Isabel Dias Marques, Subtil, Manuel Jorge, "Programa de Realojamento PER e PIMP – Relatório de Finalização", CML, Maio 2012.

25. "O Programa Local de Habitação de Lisboa: Uma Prática de Urbanismo e Coesão Sócio-Territorial", in III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Arquitetura, Cidade e Projeto: uma construção coletiva, S. Paulo, 2014.



João Lourenço Marques

[Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro]

URBANISMO E JUSTIÇA ESPACIAL

O mundo tem sofrido profundas transformações, com uma migração massiva de população das áreas mais rurais para as áreas mais urbanas. Em 1800, menos de 10% das pessoas viviam em áreas urbanas, enquanto hoje vive em zonas urbanas mais de metade da população. Cidades densamente povoadas transformam o modo como vivemos, trabalhamos, nos deslocamos e como nos relacionamos com os outros! As transformações territoriais têm ocorrido a um ritmo muito acelerado, com uma forte polarização espacial e concentração da população nos principais centros urbanos; enquanto que, em territórios mais periféricos se vem assistindo a um processo de estagnação ou mesmo declínio demográfico, económico, e também social.

Mas este fenómeno é exclusivo a esta escala global? Não, não é. Portugal, tem assistido a diferenciados processos de transformação urbana; para além de fenómenos associados a um declínio do rural (e de algum do urbano), verificam-se dinâmicas de uma intensa urbanização, expansão urbana, suburbanização e contraurbanização (Wolf, et al, 2020). O território é desigual e convive com forças contraditórias de atração (centrípetas) de repulsão (centrífugas) de atividades económicas e humanas. A uma escala mais urbana, fenómenos de gentrificação afetam pessoas com mais baixos rendimentos, forçando-as a procurarem locais de residência fora dos grandes centros. Há territórios com maior e menor capacidade de atrair, fixar e repelir pessoas. A paisagem natural é indutora de desigualdades (a primeira lei da geografia) - tipos específicos de climas, diferenças na fertilidade da terra, localização das matérias-primas e acessibilidade a meios naturais de comunicação; para além disso, as ações humanas reforçam e reduzem intrinsecamente essas disparidades, com base em interesses individuais ou quaisquer decisões de planeamento (a segunda lei da geografia) (Krugman, 1993).

Nesse contexto, é fundamental que o planeamento e as políticas públicas sejam o garante de uma quantidade e qualidade de serviços e de amenidades territoriais que assegurem limiares justos no seu acesso (quer por via da sua proximidade, quer pela acessibilidade económica). Tais questões devem ser assumidas como um desafio maior, não apenas devido à natureza imprevisível dos processos de transformação urbana e às idiossincrasias próprias de cada território, mas também porque o declínio demográfico é frequentemente impulsionado pela migração ou deslocação seletiva de grupos populacionais específicos. A uma escala mais urbana, os fenómenos sendo distintos, conduzem ao mesmo tipo de desafios. Por um lado, temos verificado uma tendência generalizada de expansão territorial, difusa e fragmentada; por outro, temos assistido a intensas lógicas de gentrificação, que vêm alterando irreversivelmente a estruturas funcionais dos locais, conduzindo progressivamente ao esvaziamento das funções residenciais dos centros urbanos afetando e penalizando as populações de mais baixos rendimentos. Assim, quer à escala mais macro (desertificação das zonas de interior), quer à escala mais micro (gentrificação das cidades), o estar longe de um determinado serviço ou amenidade territorial é geralmente considerado desvantajoso; e tende a ocorrer com maior incidência em territórios em processo de encolhimento demográfico ou em áreas periféricas urbanas que se tendem a assumir involuntariamente como espaços exclusivamente residenciais. Quer numa situação, quer noutra, o resultado afeta de uma forma mais expressiva os mais favorecidos, enfatizando a importância de se discutirem conceitos e princípios de equidade espacial na prestação e provisão de serviços e equipamentos públicos.

A equidade espacial pode e deve ser entendida como um princípio primordial do planeamento territorial e da política pública que, em última análise, se deve preocupar em garantir uma atribuição de direitos de propriedade e de distribuição de financiamento público que possam contrariar as desigualdades espaciais que são intrínsecas aos territórios. Mas a forma como se avaliam as questões de desigualdade territorial não é evidente nem consensual, e implica, necessariamente, algum juízo e princípio de justiça. A avaliação e a discussão da justiça a partir de uma perspetiva espacial é uma tendência crescente na literatura (ver, por exemplo, Fainstein, 2009; Frenkel & Israel, 2018; Israel & Frenkel, 2018). O entendimento subjacente é que os indivíduos devem ter níveis básicos de acesso a amenidades e serviços, a fim de se garantirem condições mínimas de bem-estar e de satisfações básicas de necessidades, e também que os benefícios das ações discricionárias do planeamento sejam distribuídos para promover a igualdade de oportunidades.

São vários os estudos, que concluem uma questão óbvia, os serviços públicos seguem distribuições mais justas do que os privados. Ainda assim, segundo alguns autores, a oferta pública de serviços de interesse geral, em vez de combaterem as desigualdades implicitamente associadas à disponibilização de recursos privados, estes distribuídos seguindo lógicas de rentabilidade financeira, por vezes não garantem a disponibilização de níveis de serviços básicos às classes sociais mais favorecidas.

O planeamento e as políticas públicas devem, assim, assumir uma maior responsabilidade em garantir os princípios de justiça social e espacial, procurando maximizar a eficácia e a eficiência dos seus mecanismos de atuação, como também, minimizar as desigualdades que decorrem da distribuição assimétrica (inequitativa) de oportunidades e recursos (e da má governança). A eficácia, na formulação e execução de uma política e na atividade de urbanista, passa por se encontrarem respostas e soluções efetivas a objetivos mais ou menos complexos, devendo estes responder reativa e proactivamente a problemas e anseios da sociedade, de curto ou de longo, tangíveis ou intangíveis, individuais ou coletivos. A eficiência está relacionada com a forma como se responde aos objetivos, em termos de rapidez e quantidade de recursos envolvidos. A equidade está relacionada com questões de justiça que conduzam a termos uma sociedade e um território mais justos. Mas o qual o significado de justo?

Amartya Sen (2009) descreve um exemplo que é paradigmático da subjetividade e paradoxalidade do conceito de justiça / equidade! O de três crianças que apresentam diferentes argumentos para ficaram na posse de uma flauta, aqui adaptado aos tempos modernos da pandemia! Todas as razões apresentadas pelas crianças são válidas para justificar uma qualquer opção de atribuir a flauta a uma delas (Figura 1), estando subjacentes diferentes princípios (utilitarismo, igualitarismo e libertarianismo).



Figura 1. Princípios de justiça social

Temos territórios desiguais e pessoas com diferentes expectativas e necessidades. O que podemos fazer? Dar a todos a mesma coisa ou diferenciar positivamente os que mais precisam? Privilegiar o efeito do retorno esperado de um qualquer investimento ou responder às necessidades independentemente do desse benefício? Estas diferenças entre igualdade e equidade é um dos temas clássicos da filosofia política (ver Michael Sandel para ficarmos com menos certezas sobre a justiça das nossas ações: https://scholar.harvard.edu/sandel/home). Mas, como incluir princípios de justiça no planeamento (Figura 2)?

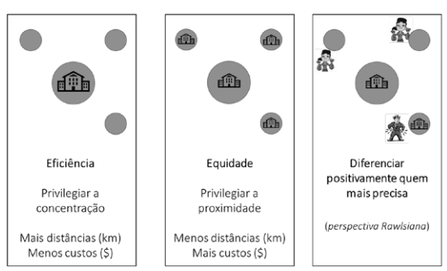


Figura 2. Princípios de justiça territorial

Para simplificar, consideremos o desafio de responder, em termos de uma oferta de equipamentos escolares, a uma procura potencial de X alunos, num horizonte temporal pré-determinado. Esta resposta poderia ser assegurada por um grande centro escolar, localizado no local de maior densidade populacional ou por via de escolas de dimensão mais reduzida, privilegiando a redução das distâncias percorridas pelos alunos que aí se deslocavam. Uma solução e outra alternativa, pode ser defensável colocam em confronto lógicas de maior equidade e de maior eficiência (analisando as respostas de um inquérito em que se confrontam estes princípios as respostas são muito diversificadas. Podem aceder aqui: https://forms.gle/2avwBxpvr25zT7TJ8).

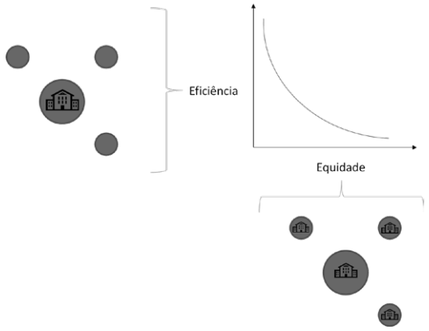


Figura 3. Entre a equidade e a eficiência

Ao se abordarem estas temáticas é inevitável aludir a fenómenos exógenos que colocam à prova a resiliência dos territórios. E nos tempos atuais, não podemos ignorar que temos um elefante no meio da sala! É um elefante que terá, segundo os vários relatórios internacionais, um impacto social e económico, no mundo, que é o mais grave desde a Segunda Guerra Mundial - a pandemia da COVID-19. Em apenas alguns meses, espalhou-se por quase todos os continentes, matando e infetando milhões (mais de 3 milhões e 160 milhões, respetivamente), levando alguns a dizer que se tratava de um vírus democrático e que atingia todos sem discriminação. Mas será isto verdade? Em certa medida, sim, mas analisando bem as coisas, não: i) sim, não escolhe classes sociais nem idades, nem sexos; ii) não, pela forma como diferentes pessoas foram expostas (meios tecnológicos, teletrabalho etc.)

Prevê-se que as desigualdades se agravem com um impacto desproporcional sobre os grupos e territórios mais vulneráveis. Aliás ...está já a expor dolorosamente as desigualdades nas nossas sociedades. Estudos que apontam para fortes correlações entre as taxas mais altas de infeções por COVID-19 territórios de mais baixo nível de rendimentos.

Como é que o planeamento e as políticas públicas podem ajudar a mitigar os problemas de desigualdades e de justiça (social) espacial? A responsabilidade passa por: i) descrever e compreender convenientemente o(s) fenómeno(s) em questão (diagnósticos para saber onde estamos e de onde partimos); ii) prever a evolução desses fenómenos, antecipando respostas que resolvam ou mitiguem os problemas e expetativas (evolução para percebermos para onde estamos a ir) iii) definirem-se caminhos alternativos que, no limite, possam contrariar, ou não, tendências previsíveis e expectáveis (objetivos que sejam mobilizadores de uma vontade coletiva para irmos para onde queremos ir); iv) estabelecerem-se mecanismos de ação para de forma eficaz, eficiente e justa respondam ao estabelecido por determinados desígnios (consciência de como vamos fazer), e por fim, v) encontrarem-se formas de avaliar convenientemente o decurso das ações (se estamos a ir ou não no bom caminho).

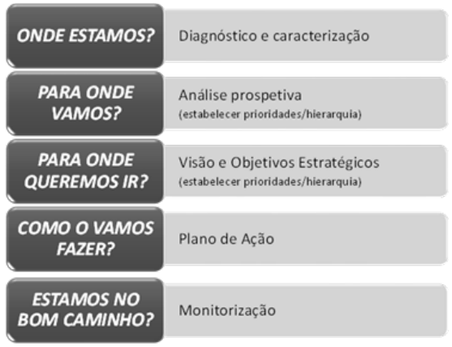


Figura 4. Descrever, compreender e atuar nas desigualdades sociais e territoriais

É cada vez mais óbvio que para se alcançarem soluções mais eficazes e eficientes é preciso uma aproximação holística que reflita as linhas chave do desenvolvimento, nas suas múltiplas dimensões, a diferentes escalas territoriais, com o reconhecimento permanente de que as pessoas são um meio, e um fim em si mesmo, do processo de desenvolvimento.

John Stuart Mill dizia que aprendeu a procurar a felicidade limitando os desejos, em vez de tentar satisfazê-los, ...na atividade de urbanismo pode aplicar-se o mesmo princípio, dada a complexidade e interdependência dos fenómenos. Não tenhamos a ambição e a ilusão de compreender e resolver tudo, mas sim a capacidade de delimitar os problemas e as ações e dinamizar os meios mais adequados para o efeito.

Referências bibliográficas:

Sen,A. (2009). The Idea of Justice. Press of Harvard University Press.

Krugman, P. R. (1993). First Nature, Second Nature, and Metropolitan Location. Journal of Regional Science 33(2): 129-144

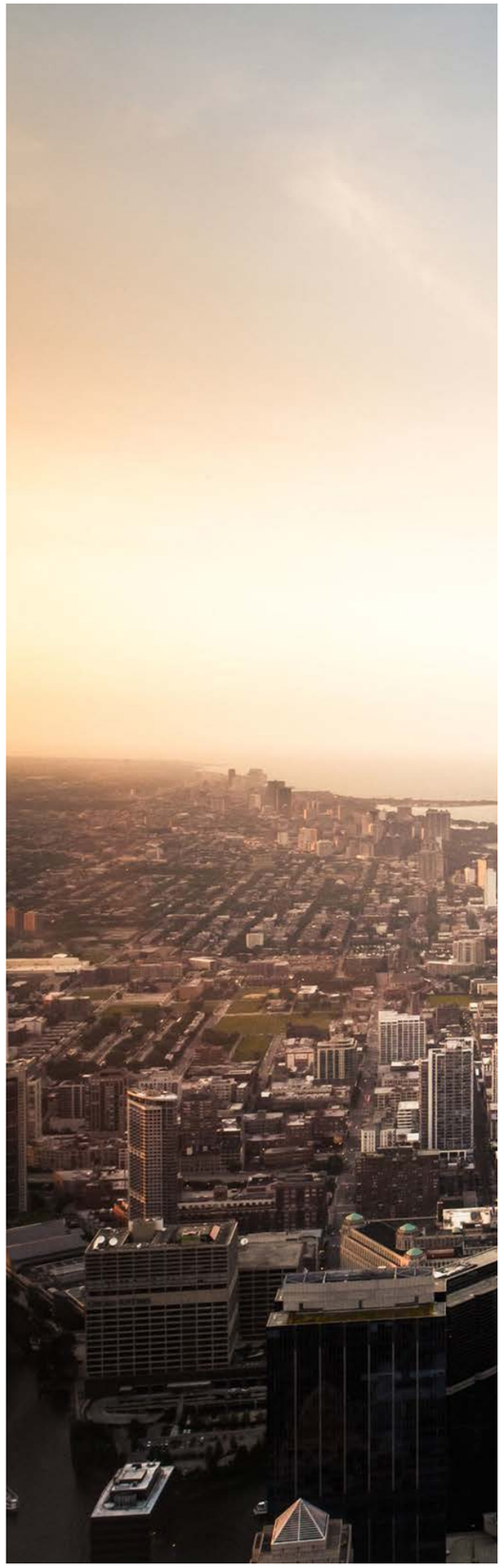
Wolf, J., Batista, P., Marques, J.L., (2020). A typology based on urbanity, centrality and on territories' population growth Cidades, Comunidades e Territórios, 41, pp. 133 – 155.

Fainstein, S. S. (2009). Spatial justice and planning. Justice Spatiale/ Spatial Justice, 1, 1–13.

Frenkel, A., and Israel, E. (2018). Spatial inequality in the context of city-suburb cleavages: Enlarging the

framework of well-being and social inequality. Landscape and Urban Planning, 177, 328–339.

Israel, E., and Frenkel, A. (2018). Social justice and spatial inequality: Toward a conceptual framework. Progress in Human Geography, 42(5), 647–665.



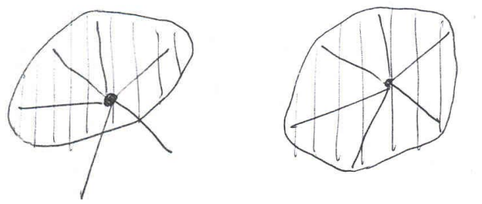


Isabel Maria da Costa Lobo

[Geógrafa Urbanista]

LEMBRANDO O PROFESSOR MANUEL DA COSTA LOBO

"Os espaços-plano e sua delimitação. Não cortar os troços com fluxos mais densos.



Mal *Certo*

Delimitação dos Espaços-Plano (feito pelo Prof. CL – Espólio MCL)

Ter em atenção os polígonos envolventes convexos."[1]

É um tema para nos deixar a pensar e reflectir... pois continua actual...

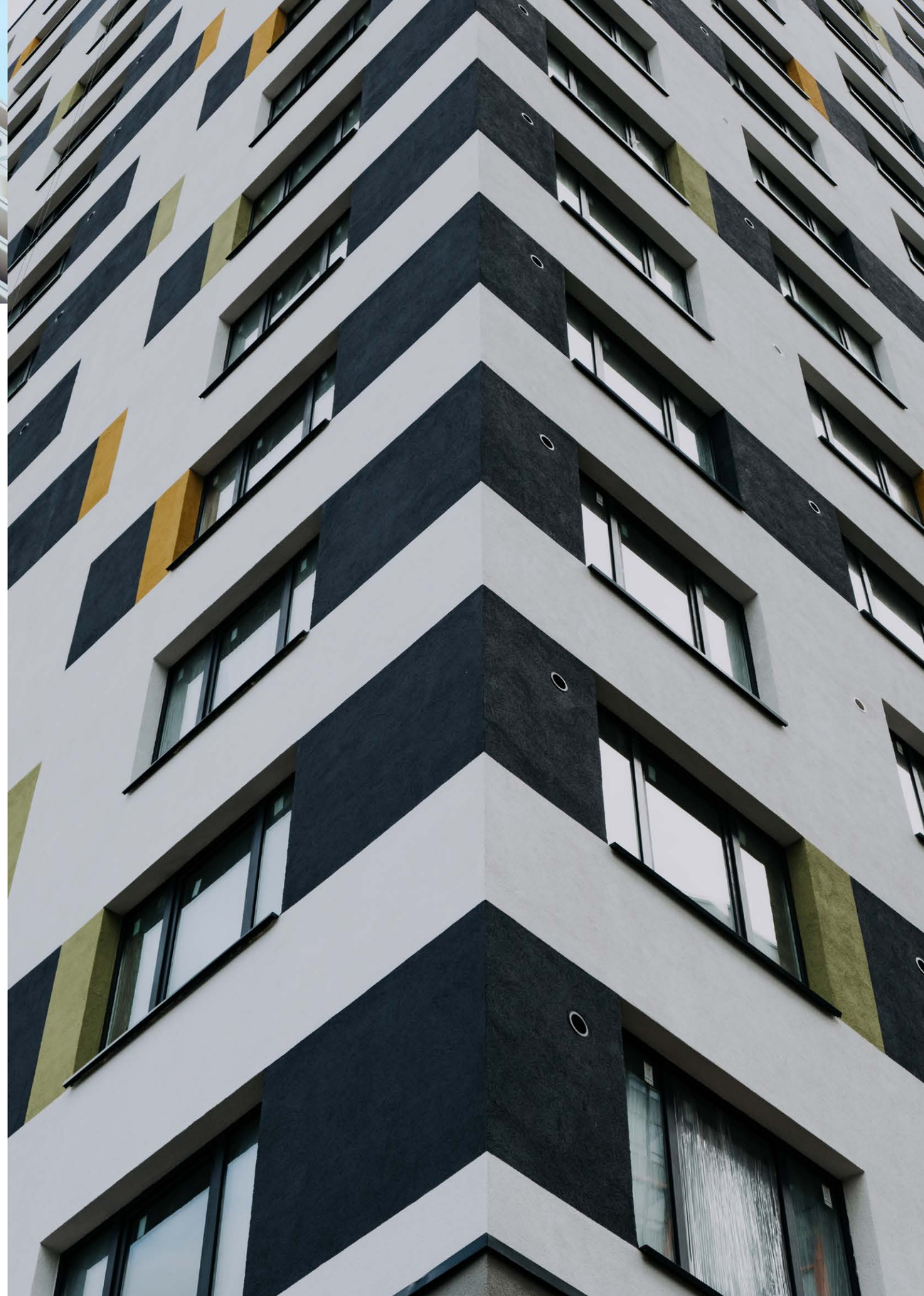
O sucesso ou às vezes insucesso de um Plano pode ser originado pela sua incorrecta delimitação que não nos permite identificar, perceber e avaliar todas as dimensões das várias problemáticas e as dinâmicas geradas pois o terreno é sempre um *continuum*, os problemas não se interrompem nem acabam, quando se muda de concelho ou freguesia ou de um determinado espaço, cujo estudo foi encomendado.

Por um conjunto de razões, na prática, é muitas vezes difícil o Urbanista poder delimitar à "sua vontade" o Espaço-Plano da área que vai estudar mas pelo menos pode tentar sensibilizar com veemência, os responsáveis, pela extrema importância desse factor, inclusivamente apresentando e estudando sempre a área que deveria ser o Espaço-Plano, mesmo que depois a estude de forma mais abreviada. O Urbanista tem que tentar ser mais convincente e pró-activo e não desistir de tentar, sempre mais uma vez – *"Try, try again. All that other folk can do, why, with patience, can not you? "*[2]

Referências bibliográficas:

1. In "Questões da Cidade Contemporânea – Novos caminhos para o Planeamento Municipal", 2008, texto de Manuel Costa Lobo.

2. Hickson, William Edward, "Try, try Again", 1836.



APOIO EDITORIAL

FUNDAÇÃO
SERRA HENRIQUES

APU Associação Portuguesa de Urbanistas

Instituto Superior Técnico

Departamento de Engenharia Civil, piso 3, sala 5.33

Av. Rovisco Pais 1049-001 Lisboa

Tel: +351 218 418 028

E-mail: apurbanistas@gmail.com

Facebook: https://www.facebook.com/apurbanistas/

Instagram: https://www.instagram.com/apurbanistas/

Twitter: https://twitter.com/apurbanistas

FICHA TÉCNICA:

Título: Cadernos do urbanismo

Subtítulo: Revista da Associação Portuguesa de Urbanistas

Editor: FUNDAÇÃO SERRA HENRIQUES

Diretor(es)/Coordenador(es): Luís Pedro Cerqueira/Celso Ricardo Braz/
Paula Pacheco/João Lourenço Marques/Diogo Mateus

ISSN: 2184-6456